

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Preparadas de Acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no
Brasil, Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo
Banco Central do Brasil

30 de junho de 2022



Carrefour 
banco



Relatório da Administração	3
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	7
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	8
Balanços Patrimoniais	12
Demonstrações dos Resultados	14
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	15
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)	17
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
1. Contexto operacional	19
2. Apresentação das demonstrações financeiras	19
3. Principais práticas contábeis	19
4. Caixa e equivalentes de caixa	22
5. Aplicações interfinanceiras de liquidez	22
6. Títulos e valores mobiliários	22
7. Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento	23
8. Outros créditos	26
9. Ativos e Passivos Fiscais	26
10. Investimento	27
11. Imobilizado	28
12. Intangível	28
13. Depósitos	29
14. Depósitos interbancários	29
15. Captação no mercado aberto	29
16. Captação em letras financeiras	30
17. Relações interfinanceiras	30
18. Outras obrigações	30
19. Provisões para contingências	31
20. Patrimônio líquido	32
21. Rendas de operações de crédito	36
22. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	36
23. Operações de captação no mercado	36
24. Receitas de prestação de serviços	37
25. Despesas de pessoal	37
26. Outras despesas administrativas	37
27. Despesas tributárias	37
28. Outras receitas operacionais	38
29. Outras despesas operacionais	38
30. Imposto de renda e contribuição social	38
31. Transações entre partes relacionadas	39
32. Benefícios a empregados	40
33. Resultados não recorrentes	40
34. Valor justo dos ativos e passivos	40
35. Gestão de capital e dos riscos de liquidez, mercado, crédito e operacional	41
36. Índice de Basileia	45
37. Outras informações	46
38. Informações suplementares	46
Relação dos Diretores	47

**Prezados acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco CSF S.A. ("Banco"), relativas ao período findo em 30 de junho de 2022 e de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), acrescidas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras.

DESTAQUES DO PERÍODO

Balanco Patrimonial (R\$ milhões)	30/6/2022	31/12/2021	Δ%
Ativos Totais	15.244	14.174	8%
Carteira de Crédito	13.977	13.194	6%
(-) Provisão para Perda Esperada (PCLD)	(2.017)	(1.579)	28%
Passivos Financeiros	9.760	8.800	11%
Patrimônio Líquido	3.169	2.861	11%

Resultados (R\$ milhões)	30/6/2022	30/6/2021	Δ%
Resultado bruto da intermediação financeira	1.553	1.248	24%
Despesas com provisão para perda esperada	(1.306)	(630)	107%
Resultado operacional	195	594	-67%
Lucro Líquido	127	352	-64%

Índice de Basileia Nível I	Rentabilidade	
	ROAE	ROAA
18,2%	15,2%	1,0%

Índice de Eficiência	NIM (ex PCLD) (i)
28,8%	10,8%

(i) NIM = Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da PCLD/(Ativos Totais – Permanente).

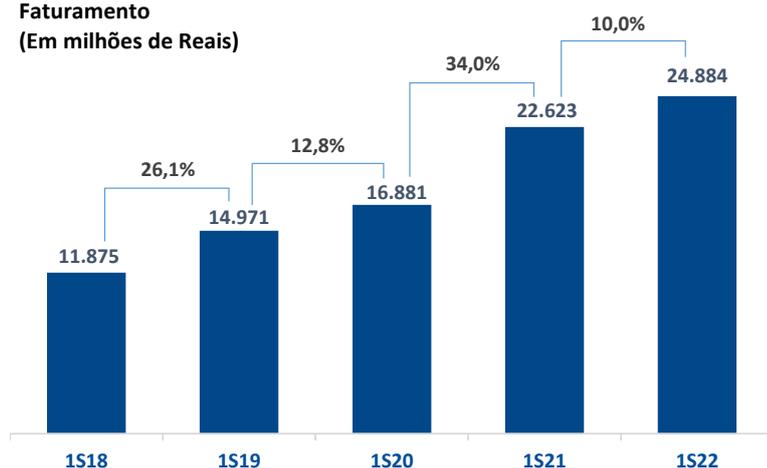
RATINGS

Agência	Rating	Data de atualização	Perspectiva
S&P Global Ratings	brAAA	05/04/2022	Estável



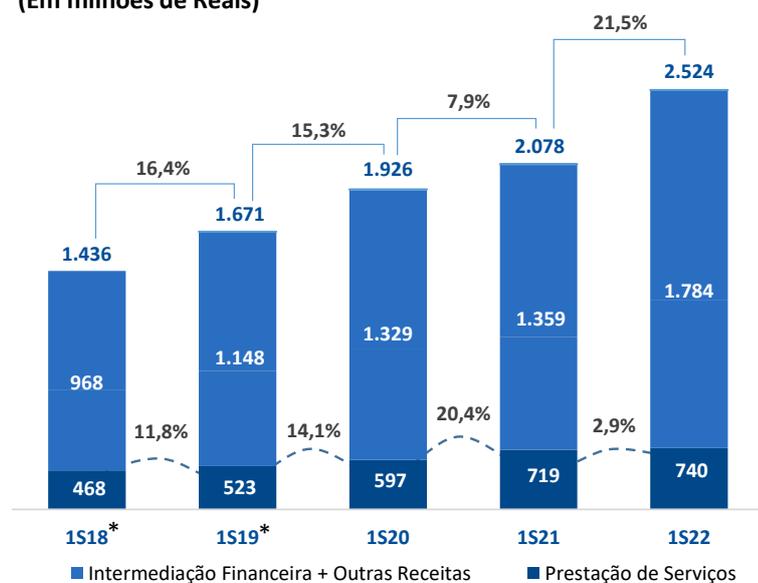
INDICADORES DE NEGÓCIO DOS PERÍODOS

Faturamento (Em milhões de Reais)



Em 30 de junho de 2022, o Banco permanece com a tendência de crescimento, com um aumento no faturamento de 10,0% em relação ao ano anterior.

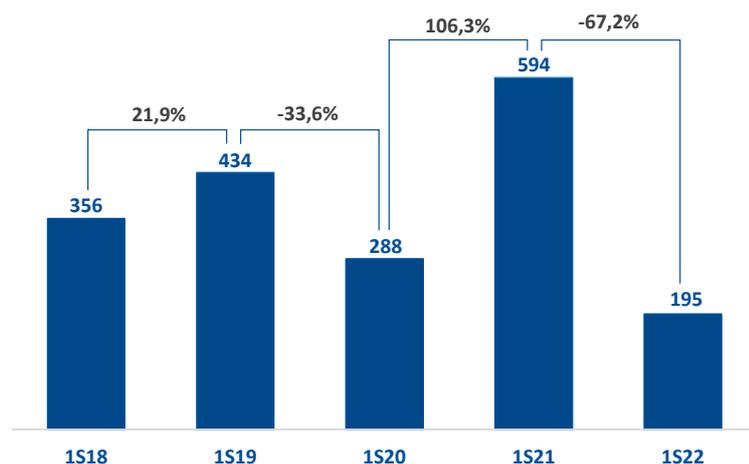
Receita (Em milhões de Reais)



A receita total apresentou aumento de 21,5% em comparação ao ano anterior. Já a receita de prestação de serviços aumentou 2,9%, neste mesmo período, representando 29,3% da receita total.

(*) Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e a Resolução BCB nº 2/20, foi adaptada a apresentação do gráfico de receitas, em linha com as Demonstrações dos Resultados.

Lucro antes dos impostos (LAIR) (Em milhões de Reais)

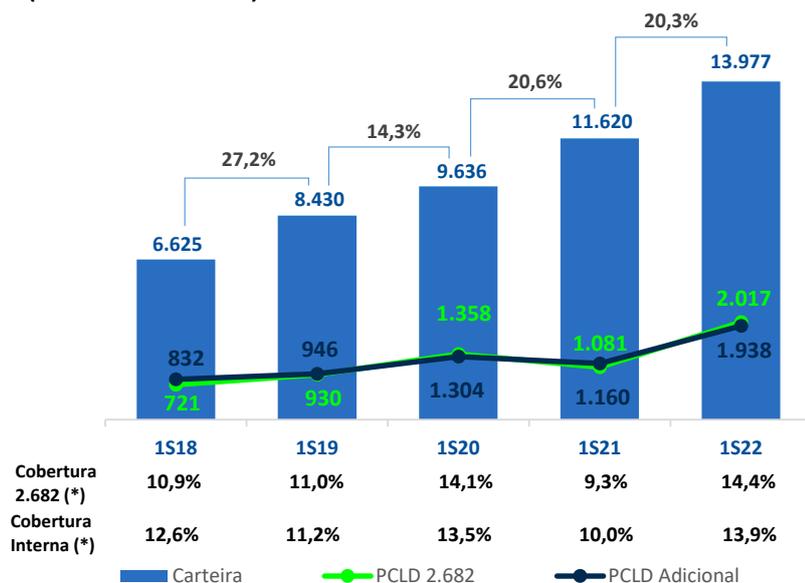


No primeiro semestre de 2022, o LAIR reduziu em 67,2% em comparação ao do primeiro semestre do ano anterior, impactado pelo aumento das despesas de provisão para perda esperada, associadas ao risco de crédito.



INDICADORES DE PERFORMANCE DE CRÉDITO

Provisão de Crédito 2.682 e Metodologia Interna (Em milhões de Reais)



Por política interna do Banco, o saldo de provisão é mensalmente calculado em duas metodologias, Resolução CMN nº 2.682/99 e modelo interno, e contabilizado, sempre, o de maior cobertura. Para o período findo em 30 de junho de 2022, o saldo de provisionamento registrado foi a metodologia da Resolução nº 2.682/99 e obteve um aumento de 87% em relação ao ano anterior, ocasionado pelo aumento da inadimplência e aumento da carteira.

(*) Cobertura = provisão / carteira

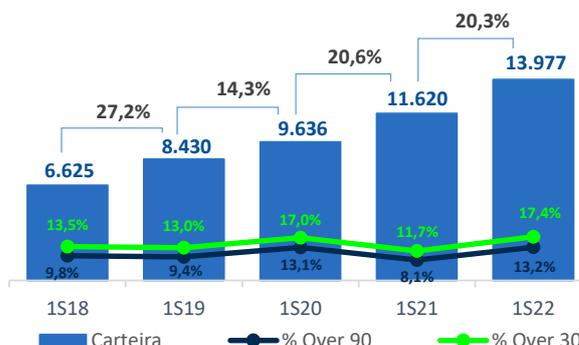
Distribuição em dia e atraso sobre Carteira Total (*) (Em milhões de Reais)



(*) Considera-se o efeito arrasto da PCLD

A carteira em dia foi impactada com uma redução de 6,1 p.p., por um maior saldo de inadimplência no primeiro semestre de 2022.

% acima de 30 e 90 dias de atraso (Over 30 e Over 90) (Em milhões de Reais)



O percentual de carteira em atraso acima de 30 dias (Over 30) e 90 dias (Over 90) apresentam aumento, influenciado pelo maior número de inadimplência no primeiro semestre de 2022.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco mantém práticas adequadas nos processos de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, com atuação ativa da alta Administração. Os comitês que se reportam diretamente ao Conselho de Administração são:

(i) **Comitê Integrado de Riscos:** composto por membro independente e representantes dos acionistas, é responsável por propor recomendações ao Conselho de Administração sobre a gestão integrada de riscos, bem como avaliar os níveis de apetite de riscos da Instituição, políticas, estratégias e supervisionar a atuação do *CRO (Chief Risk Officer)*, avaliando o grau de aderência aos processos de gerenciamento de riscos e capital.

(ii) **Comitê de Auditoria:** composto pela diretoria do Banco, com a participação de membro independente, atuando como especialista financeiro, é responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de administração de riscos, pelas atividades da auditoria interna e as atividades das empresas de auditoria independente do Banco.

(iii) **Comitê de Remuneração:** composto por representantes dos acionistas especialistas no assunto, é responsável por assessorar o Conselho de Administração do Banco na condução da política de remuneração de seus Administradores.



RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES COLIGADAS E/OU CONTROLADAS

Desde 2019, o Banco detém 100% do capital social da subsidiária CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada).

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS E REINVESTIMENTO DE LUCROS

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado pelas importâncias destinadas à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências.

A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva, somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

GESTÃO DE CAPITAL E DOS RISCOS DE LIQUIDEZ, MERCADO, CRÉDITO E OPERACIONAL

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco visa assegurar um crescimento sustentável com efetivo controle das operações, otimizando a utilização do capital e garantindo a solvência da Instituição, o aprimoramento contínuo dos seus processos e maior segurança e retorno aos nossos acionistas.

O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada por uma estrutura segregada das demais unidades de negócios responsável pelos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, risco estratégico, reputacional, socioambiental, gestão do capital e governança de risco de modelos. O processo de Gerenciamento de Riscos Integrados consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e dos relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração. As informações detalhadas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco podem ser consultadas no site www.carrefoursolucoes.com.br na página de Governança Corporativa.

AGRADECIMENTOS

O Banco agradece a todos os nossos clientes, pela preferência e confiança e aos nossos colaboradores, pela entrega e dedicação, sem eles não conseguiríamos obter os resultados alcançados.

A DIRETORIA

São Paulo, 21 de julho de 2022.



Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão consultivo permanente, que assessoria o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão, analisando e assegurando a observância, por parte do Banco, das leis e regulamentos aplicáveis.

É responsável pela supervisão (i) dos processos de controles internos e de administração de riscos; (ii) das atividades da Auditoria Interna; e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente do Banco.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria do Banco estabelece a sua composição por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 4 (quatro) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, sendo que um dos membros, no mínimo, deverá ser designado Especialista Financeiro. Por ser uma instituição de capital fechado, o Banco enquadra-se ao inciso 3º do Art. 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, que permite a eleição de diretores do Banco como integrantes do comitê.

O Comitê de Auditoria elevou o nível de governança incorporando um membro independente em 25 março de 2019, que também foi nomeado como Especialista Financeiro, conforme Art 5º do Regimento do Comitê de Auditoria do Banco. As reuniões do Comitê de Auditoria do Banco contaram também com a presença de diretores da Auditoria Interna do Itaú Unibanco S.A. e da diretoria do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. como convidados, ambos sócios do Banco, além da área de Auditoria Interna (Coordenador do Comitê) do Banco.

As atividades do Comitê de Auditoria do Banco iniciaram-se em 23 de março de 2016 e atualmente apresenta a seguinte composição:

Carlos Eduardo Carvalho Mauad	Presidente
Laércio Schulze de Sousa	Membro
José Ronaldo Vilela Rezende	Especialista Financeiro / Membro Independente

Atividades exercidas

No intuito de cumprir suas atribuições e, em atendimento ao previsto em seu Calendário Anual de Trabalho, o Comitê de Auditoria reuniu-se quatro (04) vezes no ano de 2022. As demonstrações financeiras relativas ao fechamento de junho de 2022 foram analisadas em reunião de 21/07/2022, oportunidade em que também foi avaliado e aprovado o presente relatório.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados a processos contábeis e financeiros, controles internos, processos de negócio e produtos, operações, crédito e cobrança, *compliance*, segurança da informação, gestão de riscos e atividades de Auditoria Interna, gestão e evolução da carga de risco.

Em conjunto com a Auditoria Externa, acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial a revisão das demonstrações financeiras e o relatório referente à Resolução CMN nº 4.910/21.

Foram examinadas as demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e a conformidade com as práticas contábeis adotadas no país.

Nas situações em que foram identificadas oportunidades de melhoria, foram sugeridos aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no período, em linha com as suas atribuições, o Comitê de Auditoria concluiu que: (i) o Sistema de Controles Internos está bem consolidado e não identificou no período fatos relevantes ou evidências que permitissem inferir que o Sistema de Controles Internos, como um todo, não é efetivo; (ii) a Auditoria Interna, tendo por base os assuntos discutidos, desempenha suas funções de forma independente e adequada; (iii) a Auditoria Externa - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. - realizou seus trabalhos de forma independente e efetiva; e (iv) as demonstrações financeiras do período findo em 30/06/2022 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco e estão em condições de ser aprovadas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração e Acionistas do
Banco CSF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CSF S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas levando em consideração as normas regulamentares do BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682/99, e fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com as políticas internas que consideram o estabelecimento de “ratings” de crédito e as expectativas de realização da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos. Em adição ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, o Banco complementa, quando necessário, suas estimativas por meio da constituição de provisão adicional.

O Banco utiliza modelo interno na determinação da provisão adicional, que leva em consideração dados econômico-financeiros, de mercado, experiência de perda histórica, expectativa futura, entre outros.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Devido à relevância da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, do uso de estimativa e do uso de julgamento por parte da Administração utilizados no cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (b) leitura da política de provisionamento do Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (c) envolvimento de especialistas na revisão dos modelos utilizados; (d) avaliação do desenho dos controles internos sobre o monitoramento das premissas utilizadas no modelo; (e) análise dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra, e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco para determinar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de julho de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4



Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	30/6/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	5.956	10.278
Instrumentos financeiros		12.821.459	12.111.784
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	204.181	-
Aplicações em operações compromissadas		204.181	-
Títulos e valores mobiliários	6	657.238	496.740
Carteira própria		352.637	449.399
Vinculados a compromisso de recompra		304.211	46.972
Vinculados à prestação de garantias		390	369
Operações de crédito	7	11.960.040	11.615.044
Setor privado		5.277.501	4.333.984
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.928.209)	(1.499.782)
Valores a receber relativos a transações de pagamento		8.699.923	8.860.331
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(89.175)	(79.489)
Outros créditos	8	935.825	812.645
Rendas a receber		278	18.878
Diversos		935.547	793.767
Outros valores e bens		135.277	102.271
Outros valores e bens		106	175
Despesas antecipadas	3.6	135.171	102.096
Ativos fiscais		419.427	270.221
Correntes		78.160	-
Diferidos	9.1	341.267	270.221
Investimento	10	88.352	43.679
Imobilizado de uso	11	86.931	70.529
Outras imobilizações de uso		168.996	140.860
(-) Depreciações acumuladas		(82.065)	(70.331)
Intangível	12	751.015	752.672
Ativos intangíveis		1.201.976	1.161.414
(-) Amortizações acumuladas		(450.961)	(408.742)
Total do Ativo		15.244.242	14.174.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota Explicativa	30/6/2022	31/12/2021
Passivos financeiros		9.759.723	8.799.591
Depósitos		770.555	807.001
Depósitos à vista	13.1	13.106	12.052
Depósitos a prazo	13.2	74.014	97.531
Depósitos interbancários	14	683.435	697.418
Captação no mercado aberto	15	303.199	46.800
Carteira Própria		303.199	46.800
Recursos de aceites e emissão de títulos	16	2.105.295	1.341.568
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, crédito e similares		2.105.295	1.341.568
Relações interfinanceiras	17	6.580.674	6.604.222
Recebimentos e pagamentos a liquidar		6.580.674	6.604.222
Outras obrigações		1.550.758	1.770.812
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.897	4.998
Sociais e estatutárias	20.4	-	178.501
Fiscais e previdenciárias	18.1	35.269	40.280
Diversas	18.2	1.510.592	1.547.033
Provisões	19	647.078	602.830
Passivos fiscais		117.597	139.951
Correntes	9.3	117.394	139.951
Diferidos		203	-
Patrimônio líquido	20	3.169.086	2.860.895
Capital		1.742.000	1.742.000
De domiciliados no país		1.742.000	1.742.000
Reservas de capital	20.1	6.852	5.235
Reservas de lucros	20.2	1.293.574	1.115.073
Outros Resultados Abrangentes	20.3	(419)	(1.413)
Lucros Acumulados		127.079	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		15.244.242	14.174.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos Resultados
Períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	Período 30/6/2022	30/6/2021
Receitas da intermediação financeira		1.697.694	1.268.638
Operações de crédito	21	1.667.035	1.259.904
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22	30.659	8.734
Despesas da intermediação financeira		(145.145)	(21.069)
Operações de captação no mercado	23	(145.145)	(21.069)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.552.549	1.247.569
Despesas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.4	(1.306.247)	(629.672)
Outras receitas (despesas) operacionais		(51.249)	(23.541)
Receitas de prestação de serviços	24	740.158	719.292
Despesas de pessoal	25	(74.663)	(75.328)
Outras despesas administrativas	26	(552.621)	(518.141)
Despesas tributárias	27	(143.889)	(109.179)
Resultado de participações em coligadas e controladas	10	44.673	17.202
Reversões (Despesas) e atualizações de provisões de contingências cíveis, trabalhistas	19.2.2	(6.704)	(7.447)
Reversões (Despesas) e atualizações de outras provisões	19.2.2	(12)	(3)
Outras receitas operacionais	28	86.097	89.708
Outras despesas operacionais	29	(144.288)	(139.645)
Resultado Operacional		195.053	594.356
Outras receitas (despesas) não operacionais		1	-
Resultado não operacional		1	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		195.054	594.356
Imposto de renda e contribuição social	30	(67.975)	(242.592)
Provisão para imposto de renda corrente		(77.486)	(152.708)
Provisão para contribuição social corrente		(62.144)	(123.621)
Ativo fiscal diferido para imposto de renda		39.808	8.291
Ativo fiscal diferido para contribuição social		31.847	25.446
Lucro líquido		127.079	351.764
Quantidade de ações (mil)		1.114.671	1.114.671
Lucro por ação (em R\$)		0,11	0,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	Período	
	30/6/2022	30/6/2021
Lucro líquido	127.079	351.764
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado	994	64
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Variação de valor justo - TVM	1.808	115
Impostos diferidos - TVM	(814)	(51)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Total do resultado abrangente	128.073	351.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.742.000	3.353	1.074.258	(2.565)	-	2.817.046
Lucro líquido do período		-	-	-	-	351.764	351.764
Pagamento baseado em instrumento de capital	20.1	-	655	-	-	-	655
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	(189.303)	-	-	(189.303)
Ajuste ao valor justo - TVM	20.3	-	-	-	64	-	64
Saldos em 30 de junho de 2021		1.742.000	4.008	884.955	(2.501)	351.764	2.980.226
Mutação do período		-	655	(189.303)	64	351.764	163.180
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.742.000	5.235	1.115.073	(1.413)	-	2.860.895
Lucro líquido do período		-	-	-	-	127.079	127.079
Pagamento baseado em instrumentos de capital	20.1	-	1.617	-	-	-	1.617
Ajuste ao valor justo - TVM	20.3	-	-	-	994	-	994
Reversão dos dividendos propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	178.501	-	-	178.501
Saldos em 30 de junho de 2022		1.742.000	6.852	1.293.574	(419)	127.079	3.169.086
Mutação do período		-	1.617	178.501	994	127.079	308.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)
Períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Período 30/6/2022	30/6/2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		1.471.140	1.061.058
Lucro líquido		127.079	351.764
Ajustes ao lucro líquido:		1.344.061	709.294
Depreciações e amortizações	26	53.953	46.177
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.4	1.306.247	629.672
Atualização monetária de depósitos judiciais	28	(22.629)	(4.643)
Atualização monetária de impostos a compensar	28	(11)	(28)
Impostos diferidos		(71.655)	(33.737)
Receita de juros não recebidos de títulos e valores mobiliários		(29.665)	(8.671)
Despesa de juros não realizados de captações e depósitos		98.544	13.750
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	19.2.2	6.704	7.447
Provisão para contingências e outras provisões fiscais	19.2.2	41.247	42.172
Outras provisões		3.676	33.479
Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital	20.1	2.321	876
(Ganho) / Perda na venda do imobilizado	11	2	2
Resultado de equivalência patrimonial	10	(44.673)	(17.202)
Varição de ativos e passivos		(1.221.261)	(1.237.822)
(Aumento) / Redução dos ativos		(1.866.623)	(1.495.532)
Títulos e valores mobiliários		(129.839)	3.948
Operações de crédito		(1.746.968)	(1.473.343)
Comissões a receber		(80)	(2.565)
Valores a receber de sociedades ligadas		23.783	20.800
Outros valores e bens		(33.006)	(21.592)
Impostos a compensar		61.138	(2.289)
Depósitos judiciais		(41.651)	(20.491)
Aumento / (Redução) das obrigações		645.362	257.710
Captação no mercado aberto		261.484	113.260
Captação em letras financeiras		706.685	(3.168)
Depósitos interfinanceiros		14.669	(105.522)
Depósitos a prazo		(27.301)	7.277
Impostos e contribuições a pagar		(28.374)	189.226
Obrigações com pessoal		(9.920)	(18.548)
Depósitos à vista		1.054	1.792
Valores a pagar a sociedades ligadas		278.687	216.177
Contas a pagar		(332.991)	(32.227)
Realização de contingências cíveis e trabalhistas		(3.703)	(5.731)
Passivo fiscal diferido		203	-
Impostos pagos		(143.674)	(85.409)
Juros pagos		(71.457)	(19.417)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) das atividades operacionais		249.879	(176.764)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)
Períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Período 30/6/2022	30/6/2021
Atividades de investimento			
Dividendos recebidos		18.680	-
Aquisição de imobilizado de uso	11	(28.138)	(10.413)
Aquisição de intangível	12	(40.562)	(15.505)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(50.020)	(25.918)
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos	37.1	-	(288.555)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	(288.555)
Aumento / (Diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		199.859	(491.237)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	10.278	495.122
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	210.137	3.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

O Banco CSF S.A. ("Banco"), controlado pelo Atacadão S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andares - Vila Cordeiro - São Paulo - SP, constituído em 31 de agosto de 2006 e está autorizado a operar nas Carteiras de Investimento, Crédito, Financiamento e Investimentos regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O BACEN concedeu a autorização para funcionamento do Banco, através do despacho da Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro em 31 de agosto de 2006, publicado no Diário Oficial da União em 4 de setembro de 2006. As atividades do Banco deram início em janeiro de 2007, com o cartão *Private Label* utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour.

Atualmente, o Banco é um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour e Atacadão, com as bandeiras Visa e Mastercard.

Em 8 de fevereiro de 2019, a JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo deferiu o Termo de Autenticação - Registro de Constituição da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada). É uma empresa subsidiária, o Banco é detentor de 100% do capital social.

Em 25 de maio de 2020, foi dado início as atividades da conta reserva do Banco (SPB / conta STR), conforme a Instrução Normativa BCB nº 170/21, através do correio nº 120039130.

Em 20 de setembro de 2021, foi aprovado pelo INSS a oferta do produto Consignado, conforme processo nº 35014.017761/2021-69.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Sobre o pressuposto da continuidade, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, e estão em conformidade com a legislação societária, associadas às normas e instruções do Bacen, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, e com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável.

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2022 foram aprovadas pela Administração em 21 de julho de 2022.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente, com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data das demonstrações financeiras.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa foram apurados de acordo com a Resolução CMN nº 4.910/22 e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 03, e são representados por depósitos em instituições financeiras, incluindo as disponibilidades, bem como aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor justo, bem como possuem prazo total de aplicação de até 90 dias a partir da data da aplicação. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.4. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são aqueles adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo, acrescido pelos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras e ajustado pelo valor justo, sendo esses ajustes lançados em conta específica do patrimônio líquido na rubrica "Ajuste ao valor justo - TVM", líquidos dos efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas de "títulos disponíveis para venda", quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação nas Demonstrações dos Resultados em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.



Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras. O ágio ou deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos remanescentes dos títulos.

Na data das demonstrações financeiras não existiam títulos e valores mobiliários classificados nas categorias: "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento".

3.5. Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento e provisão para operações de crédito e para valores a receber relativos a transações de pagamento

As operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira.

Adicionalmente, além dos parâmetros estabelecidos na referida resolução, o procedimento de provisionamento do Banco considera a perda histórica da carteira de crédito para avaliação da suficiência dos montantes registrados no balanço.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação e se houver amortização significativa da operação, poderá ocorrer a reclassificação para uma categoria de menor nível. Aquelas que haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação permanecem classificadas como nível H, sendo os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente reconhecidos como resultado quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.2.

3.6. Despesas antecipadas

São representadas, substancialmente, por valores pagos relativos à contratação de licença de uso de *software*, antecipação de despesas de prestação de serviços de processamento de dados e seguros contratados. Tais valores são apropriados ao resultado pelo prazo previsto contratualmente.

Fazem parte também do grupo de despesas antecipadas os custos com originação de aquisição de clientes do Banco. Tais custos são amortizados levando-se em consideração o prazo médio de durabilidade do ciclo de vida dos produtos e dos cartões, assim como o percentual observado de ativação dos plásticos.

3.7. Investimento

O investimento do Banco em entidades é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Banco no lucro ou prejuízo líquido do período da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir.

3.8. Ativo imobilizado

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil econômica estimada dos bens, detalhadas na nota 11, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada.

3.9. Ativo intangível

São registrados pelo custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, detalhadas na nota 12, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada e correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade.

3.10. Ajuste ao valor de recuperação de ativos não financeiros (*Impairment*)

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

3.11. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e relações interfinanceiras

São demonstrados por valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os valores e prazos estão demonstrados nas notas 13, 14, 15, 16 e 17.

3.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta-Circular BACEN nº 3.429/10, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões para contingências são realizadas de acordo com o CPC 25.



O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências cíveis e trabalhistas:

i. As ações cíveis com depósitos judiciais, para garantia da ação, e as com risco acima de R\$ 25 mil, são provisionadas na totalidade dos depósitos e do risco, registrados contabilmente, para cada ação. A Administração do Banco entende que estes valores representam a melhor estimativa de perda.

ii. Para as demais ações cíveis, é realizado expurgos das ações com risco baixo ou inexistente de desembolso, para as demais, o Banco adota a metodologia de média móvel, calculada, levando em consideração as perdas efetivas dos últimos 12 meses e a quantidade de processos encerrados a favor do autor para o mesmo período, sobre esse valor é aplicado um percentual que pode variar de 30% a 100%, de acordo com a fase em que o processo se encontra, assim, a perda esperada é mensurada para estes processos de forma agregada.

iii. A constituição da provisão para processos trabalhistas leva em consideração o valor nominal envolvido de cada ação e a fase processual. Sobre esse valor é calculado um percentual de provisão que pode variar de 5% a 100%, de acordo com a fase em que o processo se encontra. Assim, os processos trabalhistas são agregados de acordo com a fase processual para mensuração da perda esperada.

Para os processos trabalhistas movidos por funcionários de empresas terceirizadas, a provisão é constituída somente quando envolver empresa terceira inativa e somente na fase recursal e de execução, observando os percentuais de 35% a 100%.

● **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - Referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

3.13. Benefícios pós-emprego

O Banco participa de plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente são reconhecidos na demonstração do resultado.

Foi publicada a Resolução CMN nº 4.877/20, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.14. Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mil no mês, e contribuição social 15%, de janeiro de 2019 até fevereiro de 2020, 20%, de março de 2020 até junho de 2021, 25% de julho de 2021 até dezembro de 2021, 20% de janeiro de 2022 a julho de 2022 e 21% de agosto de 2022 a dezembro de 2022, em janeiro de 2023 a alíquota volta a ser 20%. Adicionalmente, foram constituídos créditos tributários às mesmas alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros, suficientes para a compensação desses créditos.

Aprovada pelo Congresso Nacional em outubro de 2019, a PEC 06/2019 dispõe sobre a Previdência Social e outros assuntos, tratando inclusive da majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos Bancos (inciso I, do parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001), que passou a ser de 20%, a partir de sua entrada em vigor.

Em virtude da publicação da Lei nº 14.183/21, a alíquota da CSLL foi majorada de 20% para 25% a partir de 1º de julho de 2021 até dezembro de 2021. (Lei nº 14.183/21 - Inciso II - 25% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001).

Em virtude da publicação da MP nº 115/22, que modifica o artigo 3º da Lei nº 7.689/88, a alíquota da CSLL foi majorada temporariamente de 20% para 21% a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

3.15. Reservas de pagamentos baseados em instrumentos de capital

O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e dos termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com a Resolução CMN nº 3.989/11 que aprovou o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga.

3.16. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: determinação de prazo para realização dos créditos tributários, constituição de provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos e provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

A constituição de provisão para operações de crédito considera a expectativa de não recebimento futuro correlacionada às expectativas macroeconômicas.

3.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa apurada, a Administração do Banco concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.



3.18. Resultados não recorrentes

Considerando os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20 e em conexão com os conceitos do manual de contabilidade do Grupo Carrefour, um item de resultado não recorrente será destacado quando seguir os seguintes critérios:

- não estar relacionado ou estar relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição;
- não estar previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros;
- estar classificado como eventos de *impairment*, resultado por baixa e/ou venda de ativos ou *write off*; e
- para os demais eventos, estar acima do critério de materialidade definido como R\$ 5 milhões para receitas e despesas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/6/2022	31/12/2021
Disponibilidades	5.956	10.278
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	204.181	-
Total	210.137	10.278

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	30/6/2022	31/12/2021
Aplicações em operações compromissadas	204.181	-
Total	204.181	-

6. Títulos e valores mobiliários

O Banco não adota como estratégia de atuação, a aquisição de títulos e valores mobiliários com o propósito de ser negociados de forma ativa e frequente e também não tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários foi classificada na categoria "títulos disponíveis para venda" e não houve reclassificação de categoria entre os períodos apresentados.

A carteira de títulos e valores mobiliários é composta como segue:

Descrição	30/6/2022				
	Valores por prazo de vencimento				Total
	Valor de custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Até 360 dias	Valor justo Acima de 360 dias	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i):					
Carteira própria	348.119	(482)	-	347.637	347.637
Vinculados a operações compromissadas	304.952	(741)	304.211	-	304.211
Vinculados a garantias	391	(1)	-	390	390
Aplicações em fundos de investimento (ii):					
Carteira própria	4.700	300	-	5.000	5.000
Total	658.162	(924)	304.211	353.027	657.238

(i) As operações são classificadas como Nível 1.

(ii) As operações são classificadas como Nível 2.

Descrição	31/12/2021				
	Valores por prazo de vencimento				Total
	Valor de custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Até 360 dias	Valor justo Acima de 360 dias	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i):					
Carteira própria	451.861	(2.462)	-	449.399	449.399
Vinculados a operações compromissadas	47.240	(268)	46.972	-	46.972
Vinculados a garantias	370	(1)	-	369	369
Total	499.471	(2.731)	46.972	449.768	496.740

(i) As operações são classificadas como Nível 1.

O valor justo das letras financeiras do tesouro registradas na categoria "disponíveis para venda" foi apurado com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA e os fundos de investimento foram apurados a partir do valor das cotas, divulgado pelos seus administradores. A perda não realizada para estes títulos na data-base foi de R\$ 924 (31/12/2021: R\$ 2.731), impactando negativamente o patrimônio líquido do Banco em R\$ 508 (31/12/2021: R\$ 1.502), líquido dos efeitos tributários.



7. Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento

As informações da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estão assim sumarizadas:

7.1. Por tipo de operação - pessoas físicas

Descrição	30/6/2022	31/12/2021
Empréstimos	5.277.501	4.333.984
Valores a receber relativos a transações de pagamento (i)	8.699.923	8.860.331
Total da carteira	13.977.424	13.194.315
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.928.209)	(1.499.782)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Valores a receber relativos a transações de pagamento	(89.175)	(79.489)
Total da carteira líquida de provisão	11.960.040	11.615.044

(i) Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros).

7.2. Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações, segregadas por parcelas

Prazo	30/6/2022								
	Operações em Curso Anormal								
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Vincendas	-	212.589	124.989	20.473	5.311	4.611	4.159	45.973	418.105
01 a 30	-	66.629	30.188	4.964	1.786	1.667	1.516	17.895	124.645
31 a 60	-	28.245	15.604	2.606	629	542	503	6.059	54.188
61 a 90	-	20.693	12.578	2.097	469	392	359	4.175	40.763
91 a 180	-	41.635	27.789	4.588	921	773	684	7.479	83.869
181 a 365	-	38.951	25.866	3.930	914	726	632	6.134	77.153
Acima de 365	-	16.436	12.964	2.288	592	511	465	4.231	37.487
Vencidas	-	138.116	169.917	235.190	200.047	238.830	232.842	1.178.318	2.393.260
01 a 14	-	1.360	735	271	180	154	109	871	3.680
15 a 30	-	136.756	1.020	424	252	171	186	3.063	141.872
31 a 60	-	-	168.162	1.546	619	384	289	13.888	184.888
61 a 90	-	-	-	232.949	1.895	921	623	17.205	253.593
91 a 180	-	-	-	-	197.101	237.200	231.635	56.931	722.867
181 a 365	-	-	-	-	-	-	-	1.086.360	1.086.360
Subtotal	-	350.705	294.906	255.663	205.358	243.441	237.001	1.224.291	2.811.365
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	-	(3.507)	(8.847)	(25.566)	(61.607)	(121.720)	(165.901)	(1.224.291)	(1.611.439)



30/6/2022

Operações em Curso Normal (*)

Prazo	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Vincendas	10.350.363	44	13	119.500	140.217	67.098	47.173	231.908	10.956.316
01 a 30	4.296.334	18	5	13.123	16.529	5.833	4.003	22.436	4.358.281
31 a 60	1.529.389	6	2	9.353	12.638	4.340	2.897	15.309	1.573.934
61 a 90	1.031.885	4	2	8.792	11.578	4.273	2.853	14.137	1.073.524
91 a 180	1.760.966	7	2	21.835	29.661	11.247	7.544	35.835	1.867.097
181 a 365	1.287.141	5	1	29.815	35.439	17.182	11.963	51.058	1.432.604
Acima de 365	444.648	4	1	36.582	34.372	24.223	17.913	93.133	650.876
Vencidas até 14 dias	208.828	-	3	159	124	49	15	565	209.743
Subtotal	10.559.191	44	16	119.659	140.341	67.147	47.188	232.473	11.166.059
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	(52.796)	-	-	(11.966)	(42.104)	(33.573)	(33.033)	(232.473)	(405.945)
Total da carteira	10.559.191	350.749	294.922	375.322	345.699	310.588	284.189	1.456.764	13.977.424
Total da provisão	(52.796)	(3.507)	(8.847)	(37.532)	(103.711)	(155.293)	(198.934)	(1.456.764)	(2.017.384)

31/12/2021

Operações em Curso Anormal

Prazo	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Vincendas	-	156.594	107.604	9.307	4.256	3.325	2.159	35.520	318.765
01 a 30	-	51.087	27.378	2.757	1.651	1.297	834	14.275	99.279
31 a 60	-	21.321	14.234	1.190	553	425	267	4.815	42.805
61 a 90	-	14.323	10.555	884	365	263	175	3.034	29.599
91 a 180	-	30.258	23.638	1.903	728	539	351	5.782	63.199
181 a 365	-	28.133	21.604	1.696	641	506	316	4.767	57.663
Acima de 365	-	11.472	10.195	877	318	295	216	2.847	26.220
Vencidas	-	112.020	172.218	207.668	186.348	173.003	141.729	918.401	1.911.387
01 a 14	-	774	552	190	114	70	63	569	2.332
15 a 30	-	111.246	708	299	208	96	76	2.978	115.611
31 a 60	-	-	170.958	1.290	504	284	143	12.505	185.684
61 a 90	-	-	-	205.889	1.735	701	323	14.905	223.553
91 a 180	-	-	-	-	183.787	171.852	141.124	41.330	538.093
181 a 365	-	-	-	-	-	-	-	846.114	846.114
Subtotal	-	268.614	279.822	216.975	190.604	176.328	143.888	953.921	2.230.152
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	-	(2.686)	(8.395)	(21.698)	(57.181)	(88.163)	(100.722)	(953.921)	(1.232.766)



31/12/2021									
Operações em Curso Normal (*)									
Prazo	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Vincendas	10.296.094	34	15	94.239	133.535	50.205	32.887	196.232	10.803.241
01 a 30	4.446.389	9	1	10.879	15.109	4.269	2.817	18.318	4.497.791
31 a 60	1.539.067	4	1	8.587	12.478	3.415	2.352	14.525	1.580.429
61 a 90	938.084	3	5	7.233	10.718	3.145	2.055	12.969	974.212
91 a 180	1.708.736	9	3	18.183	28.230	8.119	5.320	32.574	1.801.174
181 a 365	1.267.483	9	4	24.093	37.156	12.334	7.898	43.557	1.392.534
Acima de 365	396.335	-	1	25.264	29.844	18.923	12.445	74.289	557.101
Vencidas até 14 dias	160.377	-	-	83	105	14	22	321	160.922
Subtotal	10.456.471	34	15	94.322	133.640	50.219	32.909	196.553	10.964.163
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	(52.282)	-	-	(9.432)	(40.092)	(25.110)	(23.036)	(196.553)	(346.505)
Total da carteira	10.456.471	268.648	279.837	311.297	324.244	226.547	176.797	1.150.474	13.194.315
Total da provisão	(52.282)	(2.686)	(8.395)	(31.130)	(97.273)	(113.273)	(123.758)	(1.150.474)	(1.579.271)

(*) Curso normal são as operações com atraso inferior a 15 dias, incluindo as operações que foram renegociadas e deixaram de estar em atraso.

A Administração do Banco apura a provisão adicional para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos com base na estimativa de perda sobre a carteira na data-base, baseado em comportamento histórico das rolagens da carteira. Em 30 de junho de 2022 e de 2021 não houve montantes adicionais de provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos.

7.3. Por nível de concentração

Maiores devedores	30/6/2022			31/12/2021		
	Valor	%	Provisão	Valor	%	Provisão
10 maiores clientes	1.042	0,01%	(1.042)	1.634	0,01%	(1.634)
50 seguintes maiores clientes	3.995	0,03%	(3.995)	3.943	0,03%	(3.943)
100 seguintes maiores clientes	6.833	0,05%	(6.833)	6.556	0,05%	(6.556)
Demais clientes	13.965.554	99,92%	(2.005.514)	13.182.182	99,91%	(1.567.138)
Subtotal da carteira e provisão	13.977.424	100%	(2.017.384)	13.194.315	100%	(1.579.271)

7.4. Movimentação da provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos

Movimentação	30/6/2022	30/6/2021
Saldo inicial	(1.579.271)	(1.333.224)
Constituição	(1.308.933)	(1.055.503)
Reversão	2.686	425.831
Baixa para prejuízo	868.134	802.347
Saldo final	(2.017.384)	(1.160.549)

No período findo em 30 de junho de 2022, o montante de créditos recuperados era de R\$ 41.373 (30/6/2021: R\$ 70.054) e os créditos renegociados totalizaram R\$ 903.509 (30/6/2021: R\$ 558.477).



8. Outros créditos

Descrição	30/6/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Rendas a receber	278	-	278	18.878	-	18.878
Diversos:	917.561	17.986	935.547	776.162	17.605	793.767
Adiantamentos e antecipações salariais	3.881	-	3.881	929	-	929
Devedores por depósitos em garantia (i)	621.249	17.986	639.235	557.349	17.605	574.954
Impostos a compensar	7.760	-	7.760	2.762	-	2.762
Outros valores a receber	524	-	524	1	-	1
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 31)	70.773	-	70.773	94.556	-	94.556
Devedores diversos no país (ii)	213.374	-	213.374	120.565	-	120.565
Total	917.839	17.986	935.825	795.040	17.605	812.645

(i) Referem-se, substancialmente, aos depósitos judiciais de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no montante de R\$ 621.249 (31/12/2021: R\$ 557.349), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no montante de R\$ 5.971 (31/12/2021: R\$ 5.887), depósitos para garantia de reclamações trabalhistas no montante de R\$ 2.801 (31/12/2021: R\$ 2.744), outros depósitos judiciais, referentes a processos cíveis no montante de R\$ 7.964 (31/12/2021: R\$ 7.751).

(ii) Referem-se, substancialmente, a valores a receber provenientes de transações a vista, no âmbito de subadiquirência, no montante de R\$ 82.641 (31/12/2021: R\$ 32.478), valores a receber de incentivo pelo incremento de vendas nos cartões bandeirados, no montante de R\$ 86.998 (31/12/2021: R\$ 59.925), valores a receber das Bandeiras sobre aliança estratégica, no montante de R\$ 7.072 (31/12/2021: R\$ 1.293), recebimento de clientes em trânsito, no montante de R\$ 3.947 (31/12/2021: R\$ 1.785) e saques em redes credenciadas, no montante de R\$ 1.052 (31/12/2021: R\$ 1.072).

9. Ativos e Passivos Fiscais

Em 30 de junho de 2022, os ativos fiscais de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 341.267 (31/12/2021: R\$ 270.221), referem-se às diferenças temporárias, basicamente, representadas pela provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, provisão para pagamento de bônus e participação nos lucros. Todos os créditos tributários estão reconhecidos na contabilidade, ou seja, o Banco não possui créditos não ativados.

9.1. Movimentação dos ativos fiscais

Descrição	30/6/2022					
	IR			CS		
	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ (Realização)	Saldo em 30/6/2022	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ (Realização)	Saldo em 30/6/2022
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (i)	94.245	38.864	133.109	75.397	31.090	106.487
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	8.787	(5.630)	3.157	7.028	(4.502)	2.526
Provisão para contingências tributárias	40.739	5.684	46.423	32.592	4.547	37.139
Provisão para perdas operacionais	539	140	679	431	112	543
Provisão para contingências cíveis	3.515	1	3.516	2.812	1	2.813
Provisão para contingências trabalhistas	1.615	749	2.364	1.292	599	1.891
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor justo sobre TVM	683	(338)	345	546	(271)	275
Total	150.123	39.470	189.593	120.098	31.576	151.674



Descrição	30/6/2021					
	IR			CS		
	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ (Realização)	Saldo em 30/6/2021	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ (Realização)	Saldo em 30/6/2021
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (i)	62.336	16.670	79.006	49.869	31.538	81.407
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	8.795	(5.332)	3.463	7.035	(4.089)	2.946
Provisão para contingências tributárias	36.241	1.272	37.513	28.993	1.030	30.023
Provisão para perdas operacionais	5.216	(4.748)	468	4.173	(3.705)	468
Provisão para contingências cíveis	3.654	229	3.883	2.923	413	3.336
Provisão para contingências trabalhistas	1.530	200	1.730	1.224	259	1.483
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor justo sobre títulos e valores mobiliários	1.121	(29)	1.092	896	(22)	874
Total	118.893	8.262	127.155	95.113	25.424	120.537

(i) O saldo dos créditos tributários está demonstrado pelo valor líquido, considerando a reativação de operações de crédito renegociadas após a baixa para prejuízo.

9.2. Previsão de realização dos ativos fiscais

Com base em estudo técnico, os créditos tributários apresentados em 30 de junho de 2022 têm sua previsão de realização demonstrada no quadro a seguir:

Imposto de renda e contribuição social	Período de realização					Total
	2022	2023	2024	2025	2026	
Valor Nominal	337.114	3.559	493	101	-	341.267
Valor Presente	336.336	3.144	410	79	-	339.969

O valor presente é calculado com base na expectativa das taxas médias de juros SELIC praticadas no mercado, relativamente aos prazos esperados de realização de tais créditos.

9.3. Passivos fiscais

Os passivos fiscais estão compostos como segue:

Descrição	30/6/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para imposto de renda	75.522	-	75.522	68.417	-	68.417
Provisão para contribuição social	42.075	-	42.075	71.534	-	71.534
Total	117.597	-	117.597	139.951	-	139.951

10. Investimento

No País	Participação	30/6/2022			
		Patrimônio líquido	Resultado do período	Valor do Investimento	Resultado de participações em controladas
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI	100%	88.352	44.673	88.352	44.673

No País	Participação	31/12/2021			
		Patrimônio líquido	Resultado do período	Valor do Investimento	Resultado de participações em controladas
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (i)	100%	43.679	64.249	43.679	17.202

(i) Em 31 de dezembro de 2021, a Corretora de Seguros EIRELI distribuiu dividendos no valor de R\$ 18.680 para o Banco.



11. Imobilizado

11.1. Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxas anuais de depreciação	30/6/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação	Valor Contábil	Custo	Depreciação	Valor Contábil
Instalações	10%	11.800	(5.154)	6.646	11.794	(4.597)	7.197
Móveis e equipamentos de uso	De 10% a 20%	5.958	(2.735)	3.223	5.692	(2.451)	3.241
Sistema de comunicação	De 10% a 20%	1.770	(1.603)	167	1.770	(1.537)	233
Sistema de processamento de dados	De 12,5% a 33,3%	148.937	(72.130)	76.807	121.073	(61.342)	59.731
Sistema de Segurança	20%	531	(443)	88	531	(404)	127
Total		168.996	(82.065)	86.931	140.860	(70.331)	70.529

11.2. Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Custo		Depreciação		Saldo em 30/6/2022
		Aquisição	Baixa	Despesa	Baixa	
Instalações	7.196	6	-	(557)	-	6.645
Móveis e equipamentos de uso	3.242	270	-	(284)	-	3.228
Sistema de comunicação	234	-	-	(66)	-	168
Sistema de processamento de dados	59.730	27.862	(2)	(10.788)	-	76.802
Sistema de Segurança	127	-	-	(39)	-	88
Total	70.529	28.138	(2)	(11.734)	-	86.931

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Custo		Depreciação		Saldo em 30/6/2021
		Aquisição	Baixa	Despesa	Baixa	
Instalações	8.295	-	-	(585)	-	7.710
Móveis e equipamentos de uso	3.583	128	(5)	(831)	2	2.877
Sistema de comunicação	288	37	-	(68)	-	257
Sistema de processamento de dados	33.575	10.248	(2)	(5.600)	3	38.224
Sistema de Segurança	206	-	-	(40)	-	166
Total	45.947	10.413	(7)	(7.124)	5	49.234

12. Intangível

12.1. Composição do ativo intangível

Descrição	Taxas anuais de amortização	30/6/2022			31/12/2021		
		Custo	Amortização	Valor Contábil	Custo	Amortização	Valor Contábil
Softwares e sistemas desenvolvidos	12,5%	250.448	(115.795)	134.653	292.366	(141.176)	151.190
Softwares e sistemas em desenvolvimento	0%	126.528	(40.842)	85.686	44.048	-	44.048
Direito de exclusividade	6,5%	825.000	(294.324)	530.676	825.000	(267.566)	557.434
Total		1.201.976	(450.961)	751.015	1.161.414	(408.742)	752.672



12.2. Movimentação do ativo intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Custo			Saldo em 30/6/2022
		Aquisição	Transferência para utilização	Despesa de Amortização	
Softwares e sistemas desenvolvidos	151.189	4.978	42.840	(15.462)	183.545
Softwares e sistemas em desenvolvimento	44.048	35.584	(42.840)	-	36.792
Direito de exclusividade	557.435	-	-	(26.757)	530.678
Total	752.672	40.562	-	(42.219)	751.015

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Custo			Saldo em 30/6/2021
		Aquisição	Transferência para utilização	Despesa de Amortização	
Softwares e sistemas desenvolvidos	136.372	5.922	29.095	(12.296)	159.093
Softwares e sistemas em desenvolvimento	20.669	9.583	(29.095)	-	1.157
Direito de exclusividade	610.948	-	-	(26.757)	584.191
Total	767.989	15.505	-	(39.053)	744.441

Os ativos intangíveis referem-se à aquisição, desenvolvimento de *software* e direito de exclusividade, destinados à manutenção da atividade do Banco e implementação de novos produtos.

O direito de exclusividade refere-se ao valor pago ao Atacadão S.A. pela exclusividade na oferta e distribuição de serviços financeiros pelo Banco.

A amortização é realizada pelo método linear pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e desenvolvimento de *software* e pelo período de dezesseis anos para o ativo de direito de exclusividade, durante o qual espera-se que os benefícios futuros sejam substancialmente alcançados.

De acordo com a avaliação elaborada pela Administração sobre os ativos intangíveis, concluiu-se que, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

13. Depósitos

13.1. Depósitos à vista

Valores de saldo credor em faturas de cartões de crédito referentes a pagamentos efetuados a maior pelos clientes no montante de R\$ 13.106 (31/12/2021: R\$ 12.052).

13.2. Depósitos a prazo

Captações na modalidade CDB - Certificado de Depósito Bancário, por intermédio de corretora, à taxa média de juros pós-fixada é de 101,00% do DI, nas datas-bases de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Prazo de vencimento	30/6/2022	31/12/2021
Até 3 meses	24	1.605
De 3 a 12 meses	269	174
De 1 a 3 anos	73.721	95.752
Total	74.014	97.531

14. Depósitos interbancários

As captações na modalidade CDI - Certificado de Depósito Interbancários foram realizadas em condições de mercado, à taxa de 105,52% a.a. do DI (31/12/2021: DI + 0,85% a.a.). As captações na modalidade DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial foram contratadas à taxa DI + 1,00% a.a. (31/12/2021: DI + 1,00% a.a.).

Prazo de vencimento	30/6/2022	31/12/2021
Até 3 meses	492.059	423.678
De 3 a 12 meses	191.376	273.740
Total	683.435	697.418

15. Captação no mercado aberto

Em 30 de junho de 2022 as captações no mercado aberto foram realizadas à taxa de 9,15% a.a. (31/12/2021: 9,15% a.a.) (SELIC) e estavam compostas como segue:

Descrição	30/6/2022	31/12/2021
Carteira própria:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (até 90 dias)	303.199	46.800
Total	303.199	46.800



16. Captação em letras financeiras

As letras financeiras foram emitidas conforme segue:

Emissão	Título	Vencimento	Taxa	Pagamento	Valor
2019	Letras Financeiras	2023	DI + 0,55% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 112.500
2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2023 a 2024	De DI+1,10% a.a. até DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 600.000
2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2023 a 2024	De DI+1,00% a.a. até DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 491.000
2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2023 a 2024	109% do DI	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 9.000
2021	Letras Financeiras Garantidas	2022	SELIC+0,75% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 113.700
2022	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2024 a 2025	De DI+1,00% a.a. até DI+1,15% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 700.000

Os valores captados estão acrescidos das despesas auferidas até a data das demonstrações financeiras, calculadas "pro rata" dia.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as letras financeiras estavam compostas como segue:

Prazo de vencimento	30/6/2022	31/12/2021
De 3 a 12 meses	375.107	114.297
De 1 a 3 anos	1.730.188	1.227.271
Total	2.105.295	1.341.568

17. Relações interfinanceiras

Valores a pagar a adquirentes, relativos às transações realizadas com cartão de crédito bandeirado.

Descrição	30/6/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recebimentos e pagamentos a liquidar	6.568.685	11.989	6.580.674	6.594.841	9.381	6.604.222
Total	6.568.685	11.989	6.580.674	6.594.841	9.381	6.604.222

18. Outras obrigações

18.1. Fiscais e previdenciárias

Descrição	30/6/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2.779	-	2.779	2.821	-	2.821
Impostos e contribuições sobre salários	6.631	2.737	9.368	11.885	2.469	14.354
PIS	2.767	-	2.767	2.671	-	2.671
COFINS	17.030	-	17.030	16.438	-	16.438
ISS	2.527	-	2.527	2.376	-	2.376
IRRF	798	-	798	1.620	-	1.620
Total	32.532	2.737	35.269	37.811	2.469	40.280

18.2. Diversas

Descrição	30/6/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para despesas de pessoal	32.402	1.217	33.619	45.320	3.072	48.392
Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	28.404	-	28.404	31.012	-	31.012
Obrigações por transações de pagamento (ii)	539.165	164.684	703.849	242.906	170.558	413.464
Credores diversos - País (iii)	743.744	976	744.720	1.016.486	37.679	1.054.165
Total	1.343.715	166.877	1.510.592	1.335.724	211.309	1.547.033

(i) Referem-se, substancialmente, a pagamentos por serviços prestados no montante de R\$ 18.952 (31/12/2021: R\$ 20.127), incentivo de venda no montante de R\$ 4.790 (31/12/2021: R\$ 6.364).

(ii) Referem-se a repasses de valores referentes a compras de clientes realizadas nas lojas Carrefour, Atacadão e Magazine Luiza, que serão repassadas para essas instituições.

(iii) Referem-se, substancialmente, a valores a repassar a bancos sobre créditos cedidos pela empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda., no montante de R\$ 549.460 (31/12/2021: R\$ 881.010) e contas a pagar a fornecedores no montante de R\$ 127.938 (31/12/2021: R\$ 115.263).

19.1. Ativos contingentes

No período findo em 30 de junho de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco não identificou ativos contingentes.

19.2. Passivos contingentes

O Banco é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3.12. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir perdas decorrentes dos respectivos processos.

19.2.1. Classificação dos passivos contingentes

Descrição	30/6/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CSLL - Adicional 6%	623.288	-	623.288	582.053	-	582.053
Provisões para riscos fiscais	623.288	-	623.288	582.053	-	582.053
Provisões para contingências cíveis	9.582	4.482	14.064	9.220	4.841	14.061
Provisões para contingências trabalhistas	9.456	-	9.456	3.859	2.599	6.458
Outras Provisões (i)	270	-	270	258	-	258
Total	642.596	4.482	647.078	595.390	7.440	602.830

(i) Refere-se a multa sobre FGTS.

19.2.2. Movimentação dos passivos contingentes

Descrição	30/6/2022				
	Fiscais	Cíveis (i)	Trabalhistas (i)	Outras Provisões	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	582.053	14.061	6.458	258	602.830
Constituição	18.514	5.459	3.528	12	27.513
Atualização monetária	22.721	306	677	-	23.704
Reversão	-	(2.790)	(476)	-	(3.266)
Realização	-	(2.972)	(731)	-	(3.703)
Saldos em 30 de junho de 2022	623.288	14.064	9.456	270	647.078

Descrição	30/6/2021				
	Fiscais	Cíveis (i)	Trabalhistas (i)	Outras Provisões	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	510.063	14.617	6.121	249	531.050
Constituição	37.085	9.839	2.102	3	49.029
Atualização monetária	5.084	68	314	-	5.466
Reversão	-	(4.074)	(802)	-	(4.876)
Realização	-	(4.917)	(814)	-	(5.731)
Saldos em 30 de junho de 2021	552.232	15.533	6.921	252	574.938

(i) Nas ações cíveis que envolvem disputas, principalmente, relativas a danos morais e materiais e nas ações trabalhistas que envolvem disputas relativas a processos de funcionários do Banco, o montante provisionado representa a avaliação da Administração do Banco sobre as perdas prováveis esperadas nessas ações.

19.2.3. Cronograma esperado de desembolsos

Descrição	Fiscais (i)	Cíveis	Trabalhistas	Outras Provisões
Até 1 ano	623.288	9.582	9.456	270
De 1 a 3 anos	-	4.482	-	-
Total	623.288	14.064	9.456	270

(i) O Banco questiona judicialmente a legalidade da Lei 11.727/08, que majorou a alíquota da CSLL de 9% para 15%, realizando mensalmente o depósito judicial, equivalente à majoração (6%). Em 15/06/2020, foi publicada decisão do STF nas ações Declaratórias de Inconstitucionalidade, ADI's 4.101 e 5.485, julgando constitucional a majoração das alíquotas de CSLL para as instituições financeiras. A aplicação dessa decisão não é automática aos demais casos, devendo ser proferida uma decisão específica na ação do Banco.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.



19.2.4. Causas possíveis

O valor das causas fiscais, com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 30 de junho de 2022, era de R\$ 39.384 (31/12/2021: R\$ 37.804), que se refere, substancialmente, a multas e pedidos de compensação de CSLL.

O valor de risco das causas cíveis com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 30 de junho de 2022, é de R\$ 1.647 (31/12/2021: R\$ 1.944).

O Banco não têm valores de causas com probabilidade de perda possíveis para ações trabalhistas.

20. Patrimônio líquido

O valor do capital social no exercício é de R\$ 1.742.000 e está dividido em 1.114.671.113 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

20.1. Reserva de capital

Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital

Descrição dos planos de opções de compra de ações

Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO") - Pagos com ações da controladora final do Banco - Atacadão S.A.

O primeiro plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas, em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, foi reter um grupo de executivos-chave para o planejamento e a execução da sua oferta pública inicial (IPO), e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo Carrefour ("Grupo"). O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano; e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano.

Os termos e as condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define: (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas; (ii) o preço de exercício das opções outorgadas; (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (*vesting*); e (iv) as condições para acessar as opções na data de *vesting* ou outros eventos que impactariam a data de *vesting*. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*).

Os detalhes deste plano de opções de compra de ações são apresentados abaixo:

Número de opções autorizadas ⁽ⁱ⁾	700.364
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	3
Período de exercício das opções ⁽ⁱⁱⁱ⁾	A partir do IPO até 21 de março de 2023
Preço de exercício (em R\$ por opção)	11,70

⁽ⁱ⁾ Número de opções autorizadas, aprovadas em Assembleia Geral de acionistas em 27 de junho de 2017.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ As opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Controladora e se o beneficiário ainda for empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:

- i. 1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;
- ii. 1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e
- iii. 1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:

- i. 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;
- ii. 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e
- iii. 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O *vesting* do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois, o segundo terço das opções tiveram seu *vesting period* completo e 24 meses depois, o terceiro.

Plano de Performance Stock Options 2019 ("Plano Regular 19")

O plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

- i. **Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo;
- ii. **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
- iii. **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- iv. **Prazo máximo para exercício das opções:** até o final do 6º ano da data de tal plano;
- v. **Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e
- vi. **Preço de exercício:** será determinado pelo Conselho de Administração do Grupo no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.

O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada:

- i. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
- ii. Item relacionado à responsabilidade social corporativa.



Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a primeira outorga de opções, conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽ⁱ⁾	320.579
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	8
Período de exercício das opções ⁽ⁱⁱ⁾	A partir de 26 de setembro de 2022 até 26 de março de 2025
Preço de exercício (em R\$ por opção)	21,98

⁽ⁱ⁾ Número de opções autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2019.

⁽ⁱⁱ⁾ As opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Plano de Performance *Shares* Local 2020 e 2021 ("Plano Regular 20" e "Plano Regular 21")

O regulamento do plano de performance *shares* da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 14 de abril de 2020, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

i. Elegibilidade: os administradores e empregados do Grupo;

ii. Beneficiários: os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;

iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis: 36 meses após cada outorga;

iv. Prazo máximo para exercício das opções: As ações são transferidas para o executivo na data do *vesting*;

v. Diluição societária máxima: 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções/ações concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como dos demais planos locais aprovados; e

vi. Preço de exercício: Não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos.

O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada:

i. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);

ii. Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*total shareholder return*);

iii. Item relacionado à responsabilidade social corporativa;

iv. Item relacionado à transformação digital da empresa.

Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽ⁱ⁾	154.702
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos
Número de executivos elegíveis	5
Período de exercício das opções ⁽ⁱⁱ⁾	Os executivos receberão as ações automaticamente em 10 de novembro de 2023
Preço de exercício (em R\$ por opção)	Não aplicável

⁽ⁱ⁾ Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 novembro de 2020.

⁽ⁱⁱ⁾ As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Em 25 de agosto de 2021, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽ⁱ⁾	311.745
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos
Número de executivos elegíveis	16
Período de exercício das opções ⁽ⁱⁱ⁾	Os executivos receberão as ações automaticamente em 10 de novembro de 2023
Preço de exercício (em R\$ por opção)	Não aplicável

⁽ⁱ⁾ Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 25 novembro de 2021.

⁽ⁱⁱ⁾ As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Plano de Performance *Shares* Local 2022 ("Plano Regular 22")

O regulamento do plano de performance *shares* da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 05 de maio de 2022, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

i. Elegibilidade: os administradores e empregados do Grupo;

ii. Beneficiários: os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;

iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis: 36 meses após cada outorga;

iv. Prazo máximo para exercício das opções: As ações são transferidas para o executivo na data do *vesting*;

v. Preço de exercício: Não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos.

O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de sete condições de performance, com pesos que variam de 10% a 20% cada:

i. Duas condições relacionadas à performance financeira (resultado operacional corrente e fluxo de caixa livre ajustado);

ii. Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*Total Shareholder Return*);

iii. Item relacionado à responsabilidade social corporativa - CSR;



iv. Item relacionado à transformação digital da empresa.

Em 05 de maio de 2022, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽ⁱ⁾	130.240
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos
Número de executivos elegíveis	10
Período de exercício das opções ⁽ⁱⁱ⁾	Não Aplicável - plano de Ações Restritas. Os executivos receberão as ações automaticamente em 05 de maio de 2025
Preço de exercício (em R\$ por opção)	Não aplicável

⁽ⁱ⁾ Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 05 maio de 2022.

⁽ⁱⁱ⁾ As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Mensuração de valor justo

O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga, conforme demonstrado nos itens abaixo.

Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*) não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período baseado na taxa de realização esperada para as condições de desempenho que não são de mercado.

O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*).

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado (*):

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R\$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35%	1,09%
Volatilidade esperada (%)	29,02%	27,20%
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25%	5,57%
Prazo de vida esperada das opções (anos)	2,72	3
Modelo utilizado	<i>Black-Scholes</i>	<i>Black-Scholes</i>

(*) Aplicável somente a planos de modalidade opções de compras de ações.

Volatilidade e rendimento de dividendos

Plano Pré-IPO: O Grupo, que ainda não estava listado no momento da aprovação do plano, definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como Grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, o Grupo adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

Plano Regular: O Grupo utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pelo Grupo no ano-base anterior à outorga.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar.

Conciliação de opções de compra de ações / ações restritas em circulação (planos regulares)

Os movimentos no plano de opções de ações / ações restritas entre os períodos de 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022 foram os seguintes:

	Plano Regular 19	Plano Regular 20	Plano Regular 21	Plano Regular 22
Opções/ações pendentes em 31 de dezembro de 2021	339.104	119.238	243.064	-
Opções/ações outorgadas até 30 de junho de 2022	-	-	-	130.240
Opções/ações canceladas até 30 de junho de 2022	(249.918)	(8.525)	(17.539)	-
Opções/ações pendentes em 30 de junho de 2022	89.186	110.713	225.525	130.240

(Plano Pré-IPO)

Não houve movimentação nas opções de ações para o Plano Pré-IPO, entre os períodos de 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022.

Descrição dos planos de remuneração de ações

Em 27 de fevereiro de 2019, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 14ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 17 de maio de 2016 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.



Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 17 de fevereiro de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 16 de fevereiro de 2022, após aprovação da Assembleia Geral do grupo, ocorrida no dia 21 de maio de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu por outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações serão entregues gratuitamente aos elegíveis, somente se estes permanecerem no grupo até o término do *vesting period* (36 meses) e se a empresa atingir determinadas metas, na forma dos seguintes indicadores: Resultado Operacional Corrente (ROC), Fluxo de Caixa Livre (FCF), *Total Shareholder Return* (TSR), Índice de Responsabilidade Social (RSE).

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- (i) Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
- (ii) Retorno total ao acionista; e
- (iii) Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes do plano de ações em 30 de junho de 2022, são demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 19	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22
Data da Outorga ⁽ⁱ⁾	27 de fevereiro de 2019	26 de fevereiro de 2020	17 de fevereiro de 2021	16 de fevereiro de 2022
Data da reunião do Conselho de Administração	17 de maio de 2017	14 de junho de 2019	14 de junho de 2019	21 de maio de 2021
Data do <i>vesting</i> ⁽ⁱⁱ⁾	26 de fevereiro de 2022	27 de fevereiro de 2023	14 de fevereiro de 2024	16 de fevereiro de 2025
Total de ações outorgadas número na data de outorga	26.400	11.464	23.500	18.675
Número de ações outorgadas	28.500	15.018	23.500	18.675
Valor justo de cada ação (em EUR por opção) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	14,32	13,05	11,85	14,21

⁽ⁱ⁾ Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

⁽ⁱⁱ⁾ As ações serão entregues somente se o participante permanecer no grupo no fim do período do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

	Plano Grupo 19	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2021	9.900	12.549	23.500	-
Opções/ações outorgadas até 30 de junho de 2022	-	-	-	18.675
Opções/ações canceladas até 30 de junho de 2022	(9.900)	(1.554)	(1.900)	(1.000)
Ações outorgadas em 30 de junho de 2022	-	10.995	21.600	17.675

Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram, em 30 de junho de 2022, o montante de R\$ 2.231 (30/6/2021: R\$ 876).

20.2. Reserva de lucros

Reserva legal

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Além disso, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.



Reserva estatutária

Visa garantir meios financeiros para a operação do Banco, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

Descrição	30/6/2022	31/12/2021
Legal	218.713	218.712
Estatutárias	1.074.861	896.361
Reserva de lucros	1.293.574	1.115.073

20.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Descrição	30/6/2022	31/12/2021
Ajuste ao valor justo - TVM	(508)	(1.502)
Benefícios pós-emprego	89	89
Total	(419)	(1.413)

20.4. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal.

Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira do Banco, inclusive se a administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para o Banco ou não atenda os requisitos mínimos de Basileia. De acordo com a Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2022, os acionistas aprovaram a proposta da Administração pela não distribuição de dividendos decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo este retomado ao patrimônio do Banco na conta de reserva de lucros.

Descrição	30/6/2021	
	Total	Reais por Ação
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2020 (i)	99.252	0,08904
Dividendos adicionais propostos (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) (i)	189.303	0,16983
Total de dividendos pagos	288.555	0,25887

(i) Na AGO em 29 de abril de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e dividendos adicionais propostos decorrente de lucros gerados em exercícios anteriores a 2020. Em 21 de junho de 2021, o Banco liquidou dividendos no montante de R\$ 288.555.

21. Rendas de operações de crédito

Descrição	30/6/2022	30/6/2021
Rendas de empréstimos	1.469.409	990.761
Recuperação de créditos baixados como prejuízo - renegociação (i)	197.626	269.143
Total	1.667.035	1.259.904

(i) Nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2022, o montante de recuperação de crédito por renegociação de dívida é de R\$ 197.531 (30/6/2021: R\$ 169.208) e o montante de recuperação de créditos baixados como prejuízo é de R\$ 95 (30/6/2021: R\$ 157). Em 30 de junho de 2021 foram realizadas cessões da carteira em prejuízo, impactando o resultado em R\$ 99.778.

22. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	30/6/2022	30/6/2021
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	28.991	4.672
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	1.668	4.062
Total	30.659	8.734

23. Operações de captação no mercado

Descrição	30/6/2022	30/6/2021
Despesas de letras financeiras	(101.313)	(18.516)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(34.831)	(2.331)
Despesas de depósitos a prazo	(3.783)	(127)
Despesas de operações compromissadas	(5.218)	(95)
Total	(145.145)	(21.069)



24. Receitas de prestação de serviços

Descrição	30/6/2022	30/6/2021
Rendas de tarifa bancária (i)	311.659	293.233
Rendas de intercâmbio (ii)	276.591	227.212
Tarifa de pacote SMS	51.462	48.904
Comissão sobre intermediação na venda de seguros	21.043	69.781
Serviços prestados a ligadas (iii)	67.710	31.796
Tarifa de avaliação emergencial de crédito	2.091	44.500
Outros serviços (iv)	9.602	3.866
Total	740.158	719.292

(i) Referem-se, substancialmente, às receitas de tarifa de anuidade no montante de R\$ 311.371 (30/6/2021: R\$ 293.147).

(ii) Referem-se às rendas de comissões, sobre compras nacionais e internacionais, pagas pelos adquirentes ao Banco emissor do cartão utilizado.

(iii) Referem-se às rendas de comissões sobre as compras, com ou sem juros, realizadas por clientes com Cartão Carrefour e Cartão Atacadão, emitidos pelo Banco.

(iv) Referem-se, substancialmente, às rendas com taxa de adesão para uso do serviço de subadquirência.

25. Despesas de pessoal

Descrição	30/6/2022	30/6/2021
Proventos	(44.129)	(46.194)
Encargos sociais	(17.314)	(17.462)
Benefícios	(12.279)	(11.087)
Treinamento	(941)	(585)
Total	(74.663)	(75.328)

26. Outras despesas administrativas

Descrição	30/6/2022	30/6/2021
Despesas com serviços de terceiros (i)	(197.069)	(171.613)
Despesas de processamento de dados (ii)	(141.501)	(121.044)
Despesas de depreciação e amortização	(53.953)	(46.177)
Despesas de propaganda e publicidade	(32.833)	(47.827)
Despesas de comunicações	(38.197)	(38.141)
Despesas com serviços técnicos especializados (iii)	(21.773)	(28.369)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(18.066)	(19.845)
Despesas de aluguéis	(21.163)	(18.848)
Despesas com honorários administrativos	(9.648)	(10.446)
Despesas com materiais	(9.701)	(8.594)
Despesas com filantropias	-	(801)
Outras (iv)	(8.717)	(6.436)
Total	(552.621)	(518.141)

(i) Referem-se, substancialmente, às despesas com correspondentes bancários no país no montante de R\$ 116.180 (30/6/2021: R\$ 96.594) e serviços de cobrança no montante de R\$ 71.172 (30/6/2021: R\$ 70.353).

(ii) Referem-se, substancialmente, às despesas com processamento das operações de cartão de crédito.

(iii) Referem-se, substancialmente, às despesas com auditoria, consultorias, assessorias e honorários advocatícios.

(iv) Referem-se, substancialmente, às despesas com manutenção e conservação de bens.

27. Despesas tributárias

Descrição	30/6/2022	30/6/2021
COFINS	(90.004)	(74.137)
ISS	(15.466)	(16.595)
PIS	(14.626)	(12.047)
Atualização de contingências de CSLL (nota 19.2.2)	(22.721)	(5.084)
Outras	(1.072)	(1.316)
Total	(143.889)	(109.179)



28. Outras receitas operacionais

Descrição	30/6/2022	30/6/2021
Incentivo de vendas recebido das Bandeiras	27.073	8.071
Reversão de provisão de riscos operacionais	488	26.410
Incentivos por renovação contratual	18.142	20.104
Recuperação de custos de comissões de seguros	10.749	5.774
Atualização monetária de depósitos judiciais	22.629	4.643
Participação nos lucros com venda de seguros (i)	4.327	18.566
Variação cambial ativa	2.372	2.207
Outras rendas operacionais (ii)	306	3.905
Atualização monetária de impostos a compensar	11	28
Total	86.097	89.708

(i) Referem-se, substancialmente, aos incentivos por cumprimento de metas de seguros.

(ii) Referem-se, substancialmente, a reversão de provisão de ISS pela Lei complementar nº 157/18 no montante de R\$ 0 (30/6/2021: R\$ 2.242), receita com descontos obtidos no montante de R\$ 84 (30/6/2021: R\$ 328) e reversão de provisão de multa - Procon no montante de R\$ 153 (30/6/2021: R\$ 53).

29. Outras despesas operacionais

Descrição	30/6/2022	30/6/2021
Intercâmbio nacional e internacional (i)	(90.972)	(81.802)
Bonificações	(29.793)	(25.965)
Despesas com fraudes	(4.349)	(10.671)
Perdas operacionais	(7.522)	(7.843)
Provisão para crédito em confiança	(560)	(7.416)
Incentivos de vendas	(4.790)	(3.219)
Outras (ii)	(6.302)	(2.729)
Total	(144.288)	(139.645)

(i) Referem-se às despesas incorridas pela utilização da marca das bandeiras Visa e Mastercard.

(ii) Referem-se, substancialmente, a variação cambial passiva no montante de R\$ 2.212 (30/6/2021: R\$ 1.637) e tarifas cobradas pelos adquirentes, sobre as operações de recebimento de fatura no montante de R\$ 648 (30/6/2021: R\$ 538).

30. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	30/6/2022	30/6/2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	195.054	594.356
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(87.774)	(267.460)
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	(4.243)	-
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes:		
Outras (despesas) indedutíveis / receitas não tributáveis	7.729	18.768
PLR dos Estatutários	(1.447)	-
Perdas operacionais	(3.385)	(3.518)
Deduções de incentivos / subvenções fiscais	1.030	1.865
Equivalência Patrimonial	20.103	7.741
Efeito tributário do adicional de IRPJ	12	12
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(67.975)	(242.592)
IRPJ e CSLL correntes	(139.630)	(276.329)
IRPJ e CSLL diferidos	71.655	33.737
Total do imposto de renda e contribuição social	(67.975)	(242.592)



31. Transações entre partes relacionadas

31.1. Empresas ligadas

As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20.

Em 30 de junho de 2022, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas:

i. Controlador indireto do Banco - Carrefour Comércio e Indústria Ltda.;

ii. Controladora direta do Banco - BSF Holding S.A.;

iii. Empresas ligadas - Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Atacadão S.A.,

iv. Controlada do Banco - CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI; e

v. Outras partes relacionadas - Itaú-Unibanco S.A., Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda. e Ewally Tecnologia e Serviços S.A.

Em 30 de junho de 2022 e de 2021 e 31 de dezembro de 2021, as operações com tais partes relacionadas caracterizavam-se, basicamente, por:

Partes relacionadas/ Operações	Ativo/ (Passivo)		Receitas/ (Despesas)	
	30/6/2022	31/12/2021	30/6/2022	30/6/2021
Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Controlador indireto do Banco				
Nota de crédito	16	-	-	-
Desconto de campanhas	581	1.001	-	-
Valores a receber (i)	29.996	40.987	-	-
Valores a receber - descontos concedidos a funcionários	207	265	-	-
Valores a receber - E-commerce	-	9	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	3.842	4.208	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(9.614)	(11.523)	(58.909)	(53.310)
Repasse de valores e comissões (iii)	(405.842)	(239.176)	47.056	18.574
Aluguéis a pagar	(802)	(776)	(6.447)	(6.259)
Despesas administrativas (iv)	-	-	(49)	(55)
Outras despesas operacionais	-	-	(13.909)	(14.448)
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.				
Valores a receber (i)	925	1.140	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(326)	(368)	(1.986)	(2.225)
Repasse de valores e comissões (iii)	(14.178)	(1.332)	591	485
Atacadão S.A.				
Desconto de campanhas	258	312	-	-
Valores a receber (i)	29.478	40.582	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	3.543	4.020	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(9.348)	(8.283)	(55.989)	(46.177)
Repasse de valores e comissões (iii)	(110.599)	(69.049)	19.365	12.684
Aluguéis a pagar	(805)	(719)	(6.352)	(5.119)
Direito de exclusividade	530.676	557.434	(26.757)	(26.755)
Itaú-Unibanco S.A.				
Depósitos interfinanceiros	(204.103)	(423.678)	(9.855)	(292)
Operações compromissadas	(303.348)	(46.800)	(2.856)	366
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.				
Certificado de depósito bancário	-	(2.220)	(52)	(94)
BSF Holding S.A.				
Dividendos a pagar	-	(178.501)	-	-
Certificado de depósito bancário	(6.111)	(35.538)	(503)	365
Ewally Tecnologia e Serviços S.A.				
Valores a receber - comissões	154	81	486	-
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI				
Valores a receber - comissões	1.927	2.032	10.749	5.774
Dividendos a receber	-	18.680	-	-
Certificado de depósito bancário	(67.535)	(59.303)	(3.167)	(49)

(i) Referem-se a recebimentos de clientes nos pontos de vendas das lojas Carrefour e Atacadão.

(ii) Referem-se a serviços de cadastro e manutenção de clientes e prestação de serviços de correspondente bancário no país, com contrapartida em despesa.

(iii) Referem-se a repasses de compras efetuadas por clientes nas lojas Carrefour Comércio e Indústria Ltda., Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Atacadão S.A., líquidos de comissão, com contrapartida em receita.

(iv) Refere-se à reversão de despesa administrativa.



31.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Descrição	30/6/2022	30/6/2021
Remuneração	9.648	10.446
Pagamento baseado em instrumentos de capital	6.852	4.008
Contribuição aos planos de aposentadoria	121	124
Total	16.621	14.579

32. Benefícios a empregados

Com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social com um plano de contribuição variável, o Banco atua como patrocinador contribuindo, mensalmente, com o fundo de previdência limitando-se ao percentual mínimo de 1% e máximo de 5% do salário bruto, de acordo com a opção feita pelo funcionário.

No período findo em 30 de junho de 2022, o montante da despesa dessa contribuição era de R\$ 1.180 (30/6/2021: R\$ 1.206) e está registrado na rubrica “despesas de pessoal”.

Com base na Resolução CMN nº 4.877/20, o Banco elabora anualmente, para a data-base de dezembro, o estudo atuarial sobre a aplicação do CPC 33 – Benefícios a empregados, que resultou no montante de provisão acumulada de R\$ 331 (31/12/2021: R\$ 320).

33. Resultados não recorrentes

Descrição	30/6/2022	30/6/2021
Lucro líquido contábil	127.079	351.764
Eventos não recorrentes	(1)	(18.811)
Resultado por baixa e/ou venda de ativos (i)	(1)	1
Majoração da alíquota da CSLL (ii)	-	(18.812)
Lucro líquido recorrente	127.078	332.953

(i) O Banco não tem por finalidade a venda de ativos como objeto principal de seu negócio. Os valores estão apresentados líquidos de imposto de renda e contribuição social.

(ii) A Lei nº 14.183/21 tratou da majoração da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido dos bancos, para 25% entre 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

34. Valor justo dos ativos e passivos

34.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Descrição	30/6/2022			31/12/2021	
	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Valor justo	Nível 1
Ativos financeiros disponíveis para venda	657.238	652.238	5.000	496.740	496.740
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	652.238	652.238	-	496.740	496.740
Aplicações em fundos de investimento	5.000	-	5.000	-	-

Nível 1: Para as letras financeiras do tesouro, a avaliação geralmente baseia-se em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como ANBIMA.

Nível 2: Para as aplicações em fundos de investimento, a avaliação baseia-se na natureza dos investimentos desta categoria e a mensuração do valor justo foi apurado a partir do valor das cotas, divulgado pelos administradores dos fundos.

34.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros do Banco, exceto os ativos financeiros disponíveis para venda, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial.

Descrição	30/6/2022			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades (i)	5.956	5.956	5.956	-
Operações de Crédito (ii)	11.960.040	10.989.146	-	10.989.146
Passivos financeiros	9.759.723	9.775.337	9.775.337	-
Captações no mercado aberto (i)	303.199	303.199	303.199	-
Depósitos (iii)	770.555	771.253	771.253	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	2.105.295	2.120.211	2.120.211	-
Relações interfinanceiras (i)	6.580.674	6.580.674	6.580.674	-
Outros passivos (iv)	1.550.758	1.550.758	1.550.758	-



Descrição	31/12/2021			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades (i)	10.278	10.278	10.278	-
Operações de Crédito (ii)	11.615.044	10.252.871	-	10.252.871
Passivos financeiros	8.799.591	8.541.638	8.541.638	-
Captações no mercado aberto (i)	46.800	46.800	46.800	-
Depósitos (iii)	807.001	805.742	805.742	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	1.341.568	1.131.674	1.131.674	-
Relações interfinanceiras (i)	6.604.222	6.604.222	6.604.222	-
Outros passivos (iv)	1.770.812	1.770.812	1.770.812	-

Nível 2: O Nível 2 inclui as informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente, que geralmente são: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) informações que são derivadas principalmente de/ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: O Nível 3 inclui as informações de dados para os ativos que não são baseados em dados observáveis de mercado como o fator de risco de crédito atrelado ao valor justo da carteira de crédito.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

i. Disponibilidades, captações no mercado aberto e relações interfinanceiras - Os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo, pois caracterizam operações de curto prazo.

ii. Operações de Crédito

Carteira em dia sem juros: levada a valor futuro pelas taxas equivalentes aos seus vértices de vencimento da curva *Swap* DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI *Over*. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em dia com juros: levada a valor futuro pela taxa média do Banco informada ao BACEN em seus vértices de vencimento. Trazida a valor presente pela taxa média de mercado informada pelo BACEN na data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em atraso: levada a valor futuro pela taxa equivalente do vértice 1 da curva *Swap* DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI *Over*. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Como componente do Risco de Crédito, atrelado ao cálculo do valor justo para a carteira, o Banco considerou a provisão para perdas esperadas segundo as orientações do IAS-IFRS9 relativa à carteira local. No conceito IFRS9, a metodologia de cálculo já contempla a aplicação de valor justo em sua apuração.

Em 31 de dezembro de 2021, houve uma realocação dos valores de Operações de Crédito para uma melhor apresentação da nota explicativa.

iii. Recursos de aceites e emissão de títulos e depósitos - O valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do CDI (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título).

iv. Outros passivos - O valor justo é igual ao valor contábil levando em consideração que o pagamento da obrigação não sofrerá alteração até o momento da liquidação.

35. Gestão de capital e dos riscos de liquidez, mercado, crédito e operacional

O Banco atua com uma estrutura de Gestão dos Riscos segregada e independente das demais atividades do negócio. A atividade de gerenciamento integrado de riscos e capital, atua para assegurar que os riscos incorridos sejam identificados, mitigados, reportados e controlados, de acordo com o apetite ao risco estabelecido pela instituição.

Na Estrutura Organizacional, o Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer diretrizes, aprovar as políticas e definir o nível de apetite ao Risco na Instituição. O Conselho de Administração conta ainda com uma estrutura de Comitês como ALCO (Comitê de Ativos e Passivos), Comitê de Risco de Crédito, Comitê de Riscos e o CIR (Comitê Integrado de Riscos) que tem por objetivo facilitar a comunicação para a alta Administração.

Com o objetivo de garantir uma atuação independente, a Superintendência de Riscos Integrados é responsável pelo gerenciamento dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental, gestão do capital e governança de validação de modelos. O processo de Gerenciamento Integrado de Riscos consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração.

O Banco realiza a gestão integrada de riscos em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, para isto foi aprovado pelo Conselho de Administração um plano de ação, buscando a aderência às melhores práticas de mercado.

35.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

i. a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e



ii. a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado por meio de controle diário do fluxo de caixa, elaborado através de modelos internos, projetando cenários de curto e longo prazo, considerando as principais fontes de receitas, despesas e riscos relacionados, e variáveis econômicas que influenciam o negócio, possibilitando uma visão estratégica do impacto do risco de liquidez no negócio. Esses modelos são baseados em metodologias que atendem às necessidades do nosso negócio e passam por validações periódicas através de testes de aderência.

Compõe o gerenciamento de risco de liquidez, a simulação de cenários de estresse considerando que as premissas de maior impacto sejam por eventos internos ou impactos macroeconômicos. Por meio destes cenários, podemos definir linhas de contingências e estratégias de liquidez. As decisões são aprovadas no ALCO.

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de liquidez é realizado por meio do relatório mensal Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL).

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecer um retorno satisfatório.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos ativos e passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos do Banco e os prazos de amortizações contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros, incluindo juros dos instrumentos financeiros.

Ativos	Valor contábil	30/6/2022				Total
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Títulos e valores mobiliários	657.238	304.211	-	-	353.027	657.238
Operações de crédito	13.977.424	9.828.340	3.460.723	688.361	-	13.977.424
(-) Provisão para perda esperada	(2.017.384)	(1.703.836)	(173.800)	(139.748)	-	(2.017.384)
Total	12.617.278	8.428.715	3.286.923	548.613	353.027	12.617.278

Passivos	Valor contábil	30/6/2022				Total
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos	770.555	505.189	191.645	73.721	-	770.555
Captação no mercado aberto (i)	303.199	303.199	-	-	-	303.199
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	2.105.295	-	375.107	1.730.188	-	2.105.295
Relações interfinanceiras	6.580.674	-	-	6.580.674	-	6.580.674
Total	9.759.723	808.388	566.752	8.384.583	-	9.759.723

(i) Os vencimentos e rentabilidades das captações estão detalhados na nota 15.

(ii) Os vencimentos e rentabilidades das letras financeiras estão detalhados na nota 16.

Ativos	Valor contábil	31/12/2021				Total
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Títulos e valores mobiliários	496.740	46.972	-	-	449.768	496.740
Operações de crédito	13.194.315	9.296.422	3.314.572	583.321	-	13.194.315
(-) Provisão para perda esperada	(1.579.271)	(1.408.848)	(127.784)	(42.639)	-	(1.579.271)
Total	12.111.784	7.934.546	3.186.788	540.682	449.768	12.111.784

Passivos	Valor contábil	31/12/2021				Total
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos	807.001	437.335	273.914	95.752	-	807.001
Captação no mercado aberto	46.800	46.800	-	-	-	46.800
Recursos de aceites e emissão de títulos (i)	1.341.568	-	114.297	1.227.271	-	1.341.568
Relações interfinanceiras	6.604.222	5.313.586	1.281.255	9.381	-	6.604.222
Total	8.799.591	5.797.721	1.669.466	1.332.404	-	8.799.591

(i) Os vencimentos e rentabilidades das letras financeiras estão detalhados na nota 16.

35.2. Risco de mercado

Risco de mercado define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição.

Atualmente, o Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de crédito para pessoas físicas. Essa estratégia permite que o Banco mantenha baixo seu nível de exposição com relação ao risco de mercado. Para realizar operações financeiras no mercado, a Instituição dispõe de uma carteira de títulos públicos de alta qualidade e liquidez, sendo que as operações são registradas na carteira *banking*.

O *report* regulatório das posições relacionadas ao risco de mercado é efetuado por meio do relatório mensal CADOC 2060 - Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).



35.2.1. Análise de sensibilidade

O Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, viabilizando o acesso ao crédito por meio dos Cartões Carrefour e Atacadão. Essa estratégia reflete em uma posição de ativos e passivos com baixa exposição a alterações significativas em seus valores contábeis apurados em decorrência das incertezas e sensibilidades de riscos de mercado, alterações de taxas de juros, taxas inflacionárias, cambiais e outros fatores econômicos. As principais exposições de ativos e passivos do balanço do Banco em 30 de junho de 2022 foram analisadas considerando a sua natureza, critérios de mensuração dos valores contábeis e respectiva exposição a alterações significativas, conforme segue:

Ativos

Títulos e Valores Mobiliários: Instrumentos com baixo risco, e constantemente negociados sem variações relevantes dos valores justos e as taxas pós fixadas do instrumento, mesmo que com choques relevantes de cenário, não apresentariam alterações significativas por conta da baixa exposição.

Disponibilidade de Moeda Estrangeira: A exposição em moeda estrangeira é baixa e não geraria impactos significativos no valor dos ativos do Banco, mesmo que um cenário estressado de cambio.

Operações de Crédito: O valor apurado corresponde ao montante recebível das faturas em aberto e saldos em atraso negociados a uma taxa de juros fixa com os clientes. Desta forma, as exposições contábeis apuradas não sofrem alteração na sua mensuração em decorrência da alteração de taxas básicas práticas, uma vez que esses efeitos seriam refletidos apenas em posições patrimoniais futuras.

Passivos

As exposições em Depósitos e Letras Financeiras são instrumentos financeiros passivos precificados com base em taxas de juros pós fixados. Entretanto, a alteração dessas taxas não refletiria e uma alteração significativa nas posições contábeis mensuradas para a data de apresentação do balanço, uma vez que os saldos passivos são reflexos do indexador atual praticado em cada um dos instrumentos e qualquer alteração seria refletida apenas em posições futuras.

35.3. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito está baseada na Resolução CMN nº 4.557/17.

Atualmente, o Banco atua no segmento de varejo via concessão de crédito a pessoas físicas através dos cartões Carrefour e Atacadão. Os principais riscos de crédito incorridos pelo Banco estão relacionados à inadimplência de tomadores de créditos na liquidação dos compromissos assumidos, desembolsos financeiros para honrar compromissos de créditos ou operações de naturezas semelhantes e de possíveis renegociações em termos desfavoráveis frente às condições pactuadas inicialmente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito acompanha os indicadores de concessão de crédito, de utilização do crédito por seus clientes e de recuperação de operações inadimplentes e/ou lançadas à perda contábil.

A concessão de crédito é realizada através da seleção de clientes por análise qualitativa e quantitativa de perfis. Para determinação do limite a ser disponibilizado, a área conta com sistemas automatizados, modelos estatísticos e indicadores gerenciais definidos em políticas internas da Instituição.

A gestão do portfólio é direcionada por indicadores gerenciais e sistemas que permitem alterações de limites de crédito de forma massificada e automática. Critérios de elegibilidade a estas ações, bem como limitadores de valores e períodos para realização das mesmas, estão definidos em política interna.

Sobre a carteira inadimplente ou com tendência à inadimplência são realizadas ações de recuperação da saúde financeira do cliente e das operações com alta probabilidade de *default*. A régua de ações de cobrança, definições estratégicas de atuação, política de descontos em negociações e remuneração de escritórios externos de cobrança estão definidos em política interna.

Os relatórios de análise da carteira de crédito são disponibilizados às áreas de negócio e à alta Administração. Periodicamente são apresentados ao Comitê de Risco de Crédito, ao ALCO e CIR indicadores como o custo de crédito, saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), indicadores de performance e inadimplência da carteira e a parcela de alocação de capital para exposições ao risco de crédito.

Para mais detalhes, vide nota 7.

35.4. Risco operacional

Risco Operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos (catástrofes naturais, crises sociais e econômicas do mercado, problemas com infraestrutura e crises sistêmicas) ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui ainda o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e à indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O Banco classifica os eventos de riscos identificados em seus processos nas seguintes categorias:

- i. Fraude interna;
- ii. Fraude externa;
- iii. Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- iv. Práticas inadequadas junto aos clientes, produtos e serviços;
- v. Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- vi. Danos que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- vii. Falhas sistêmicas de tecnologia da informação; e
- viii. Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.



A área de Risco Operacional & Controles Internos encontra-se sob a mesma estrutura dos demais riscos e é responsável por implementar as políticas e os procedimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos operacionais do Banco.

A política de Risco Operacional & Controles Internos do Banco é submetida à revisão e aprovação anual pela Diretoria de Riscos & Governança de Dados e pelo Conselho de Administração, e tem o objetivo de estabelecer as diretrizes e estratégias do gerenciamento de riscos operacionais e controles internos da Instituição, definindo um sistema de regras, princípios e responsabilidades de modo a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, em conformidade com as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores (CMN e BACEN).

Seguindo os princípios de boas práticas determinados pelo BACEN, o sistema de gerenciamento de risco operacional do Banco estrutura-se em três linhas de defesa, com papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a reafirmar a segregação entre as unidades de negócios e suporte e garantir a gestão dos riscos de forma descentralizada e independente, além de uma governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam à alta Administração.

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Risco Operacional & Controles Internos utilizadas no Banco para o eficaz gerenciamento dos riscos operacionais, ressaltamos:

- i. Mapeamento de riscos e controles;
- ii. Base de perdas operacionais;
- iii. Execução de testes;
- iv. Monitoramento dos planos de ação para mitigação dos riscos apontados; e
- v. A mensuração da exposição final ao risco.

Em atendimento ao disposto pela Circular BACEN nº 3.640/13, o Conselho de Administração do Banco optou por seguir a metodologia designada por "Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada" para cálculo do Capital Regulatório para Risco Operacional.

35.5. Risco estratégico

Segundo as definições do COSO (2017), o Risco Estratégico pode ser identificado por três grandes dimensões, que dizem respeito à sinergia entre o Planejamento Estratégico e os Riscos relacionados à estratégia. Essas três grandes dimensões são:

- i. A possibilidade da estratégia não estar alinhada com a missão, visão e principais valores;
- ii. As implicações derivadas da estratégia escolhida; e
- iii. Riscos na execução da Estratégia.

O processo de definição do Planejamento Estratégico deve considerar os principais riscos que podem afetar os seus objetivos estratégicos e de negócio e resultar em indicadores que permitam ganhos de performance.

O inventário de Riscos Estratégicos foi desenvolvido em sinergia com a área de Planejamento Estratégico. Após a definição das Diretrizes Estratégicas do Banco, os riscos foram avaliados nas três dimensões citadas anteriormente.

35.6. Risco socioambiental

Risco socioambiental define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Para o gerenciamento desse risco devemos considerar:

- i. Sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da instituição;
- ii. Registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;
- iii. Avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e
- iv. Procedimentos para adequação do gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

Contamos com procedimentos internos para identificar, avaliar, gerenciar e mitigar os riscos socioambientais das operações e atividades. Este gerenciamento ocorre de acordo com as diretrizes descritas nos itens abaixo:

- i. Aprovação de novos produtos e serviços: Avaliamos e gerenciamos os potenciais impactos socioambientais negativos de produtos e serviços por meio de uso de critérios no processo de criação e/ou revisão dos nossos produtos, incluindo os riscos de reputação, e possuímos normas internas de aprovação de produtos e serviços avaliando aspectos regulatórios e de gestão de riscos;
- ii. Relação com partes interessadas: Promovemos o desenvolvimento contínuo e a oferta de produtos e serviços financeiros que contribuam com o desenvolvimento sustentável;
- iii. Fornecedores e prestadores de serviços: Buscamos sempre trabalhar com prestadores de serviços/fornecedores que tenham boa conduta ética e que incentivem a adoção de boas práticas dentro de suas empresas, repudiando qualquer prática que não esteja em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes, que se mostrem vinculadas a ações de favorecimento pessoal ou que caracterizem situações de corrupção ou suborno. Para nos assegurar destes riscos, incluímos em todos os contratos com fornecedores, cláusulas que estipulam obrigações anticorrupção e socioambientais, incluindo a proibição de trabalho escravo, infantil e exploração sexual, bem como o respeito ao meio ambiente, dependendo do escopo de atividade do fornecedor ou prestador de serviços;
- iv. Orientação financeira: Reconhecemos a importância do uso consciente dos produtos financeiros pelos clientes pessoas físicas, incluindo os próprios funcionários da Instituição. Por isso, promovemos a educação financeira, por meio da informação e da orientação para o uso adequado e consciente do crédito; e
- v. Governança: Mantemos uma estrutura de governança compatível com nosso porte e a natureza do nosso negócio, buscando promover o tratamento adequado das questões socioambientais. Para tanto, possuímos o Diretor de Gerenciamento de Riscos responsável pelo cumprimento da Política de Gestão do Risco Socioambiental.



35.7. Risco reputacional

O risco reputacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos que possam prejudicar a imagem do Banco. Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Gestão Integrada de Riscos, que modela o risco reputacional do Banco, ressaltamos:

- Base de reclamações por jornada de cliente;
- Acompanhamento das citações em mídias sociais;
- Modelagem das informações para perda esperada; e
- Monitoramento do apetite a riscos de reclamações x contas ativas.

Para assegurar uma gestão efetiva do risco à estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos abrange:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de risco reputacional (monitoramento, controle e avaliação); e
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê Integrado de Riscos e Conselho de Administração).

35.8. Gestão de capital

Gestão de capital na Instituição reflete um processo contínuo de ações que consideram os seguintes pontos de acordo com a exigência regulatória:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- A avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está exposta; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Para assegurar uma gestão efetiva do capital, a estrutura de Gerenciamento de Capital abrange:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de capital (monitoramento, controle, avaliação e necessidade de capital e planejamento de metas) realizadas por área específica e segregada das demais áreas do negócio;
- Comitê de Ativos e Passivos como órgão decisório; e
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê de Riscos e Conselho de Administração).

A Instituição possui um plano de capital consistente para um horizonte de tempo de 3 anos. Este plano é atualizado anualmente e inclui a projeção do capital disponível considerando o planejamento estratégico, as principais fontes de capital e um plano de contingência para suprir uma possível necessidade de capital, inclusive em cenários de estresse, dando suporte à Instituição para alcançar as metas definidas.

A divulgação de informações referente à Gestão de Capital fica a cargo da área de Riscos, que reporta ao ALCO e ao CIR as informações do capital da Instituição, bem como informações a respeito dos processos acompanhados. O ALCO, por sua vez, é responsável por monitorar a adequação de capital e analisar os resultados apresentados com periodicidade mínima de quatro vezes ao ano.

A avaliação de suficiência do capital para suportar os riscos aos quais a Instituição está exposta é apurada por meio da relação entre Alocação de Capital Regulatório (RWA) para os riscos de crédito, mercado e operacional e o capital da Instituição.

O indicador utilizado para medir a suficiência é o Índice de Basileia, que é apurado mensalmente pela área de Gestão Integrada de Riscos, utilizando as premissas determinadas nos normativos divulgados pelo BACEN.

36. Índice de Basileia

Este gerenciamento é realizado por meio do Índice de Basileia que é apurado entre a relação de patrimônio de referência e os ativos ponderados pelos riscos, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil "BRGAAP". No Brasil, o índice mínimo requerido para 2022 é de 8%.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo requerido e o Índice de Basileia, apurado de acordo com as Resoluções da CMN e as normas do BACEN.

Patrimônio de referência	30/6/2022	31/12/2021
Nível I	2.418.071	2.108.223
Capital principal	3.169.086	2.860.895
Ajuste prudencial	(751.015)	(752.672)
Total	2.418.071	2.108.223
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco - RWA		
RWA _{CPAD} - Risco de crédito	12.096.275	11.413.774
RWA _{MPAD} - Risco de mercado	14.491	16.400
RWA _{OPAD} - Risco operacional	1.207.385	1.113.476
Total	13.318.151	12.543.650
Patrimônio de referência mínimo requerido	1.065.452	1.003.492
Folga em relação ao PR mínimo requerido	1.352.619	1.104.731
Índice de Basileia	18,2%	16,8%

O Índice de Basileia de 30 de junho de 2022 aumentou em relação ao período anterior devido ao aumento do Patrimônio de Referência (PR). O aumento do PR é proveniente do crescimento orgânico do Banco no ano. O nível de solvência da Instituição permanece acima do mínimo exigido pelo regulador local (8%), em aderência à Resolução CMN nº 4.958/21.



37. Outras informações

37.1. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Descrição	Passivo	Patrimônio líquido		Total
	Dividendos a distribuir	Capital social	Reservas de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	99.252	1.742.000	1.074.258	2.406.647
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos pagos	(99.252)	-	-	(99.252)
Dividendos adicionais propostos (com base em reservas estatutárias)	-	-	(189.303)	(189.303)
Saldos em 30 de junho de 2021	-	1.742.000	884.955	2.118.092
Saldos em 31 de dezembro de 2021	178.501	1.742.000	1.115.073	3.035.574
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Reversão dos dividendos propostos de exercícios anteriores (nota 20.4) (i)	(178.501)	-	178.501	-
Saldos em 30 de junho de 2022	-	1.742.000	1.293.574	3.035.574

(i) As reversões dos dividendos propostos de exercícios anteriores não impactaram caixa.

37.2. Resolução CMN nº 4.966 - Convergência às normas internacionais (IFRS 9)

Em novembro de 2021 o BACEN publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo é a convergência das normas contábeis das instituições financeiras às normas internacionais.

A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022, em relação aos artigos 24, 76 a 78 e inciso XIX do artigo 80, e em 1º de janeiro de 2025, em relação aos demais dispositivos.

Conforme definido no item II do Art. 76: "As instituições mencionadas no art. 1º devem elaborar e manter à disposição do Banco Central do Brasil, até 31 de dezembro de 2022, plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nesta Resolução." O plano mencionado no caput deve ser:

II - divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022.

i. Desta forma, o banco irá divulgar, de forma resumida, o plano para a implementação da regulação nas notas explicativas nas demonstrações de dezembro de 2022;

ii. O banco irá divulgar a classificação e mensuração dos ativos financeiros conforme as novas classificações apresentadas pela Res. 4.966/21. Para cada classificação apresentada, é importante a definição do modelo de negócios para cada tipo de ativo financeiro (por exemplo: para os ativos classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes, o banco coleta o fluxo de caixa de principal e juros e caso o mercado se apresente de forma favorável, o banco pode realizar a venda dos ativos no mercado);

iii. Os valores correspondentes aos montantes de provisão de perdas esperadas serão divulgados em cada estágio classificado de acordo com as diretrizes da nova resolução;

iv. As estratégias e objetivos das estruturas de *hedge accounting* adotadas pelo banco (se houver demanda futura para o tema).

37.3. Resolução CMN nº 4.975 - Convergência às normas internacionais (IFRS 16)

Em dezembro de 2021 o BACEN publicou a Resolução CMN nº 4.975/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo do normativo é a convergência das normas contábeis das instituições financeiras às normas internacionais.

A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor dos normativos.

38. Informações suplementares

O governo brasileiro e o BACEN tomaram medidas para combater os impactos da COVID-19 nas operações de crédito, captação de recursos e temas relativos ao capital.

A seguir relacionamos as principais medidas adotadas, em vigor:

i. Resolução CMN nº 4.782/20 - facilita a renegociação de operações de créditos de pessoas física e jurídica, dispensando os bancos de aumentarem o nível de provisionamento destas operações;

ii. Resolução CMN nº 4.803/20 - alterada pela Resolução CMN nº 4.855/20 permite a reclassificação das operações renegociadas entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020 para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020;

iii. Resolução CMN nº 4.820/20 estabelece, por prazo determinado, vedações a remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, a recompra de ações e a redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando os potenciais efeitos da pandemia do corona vírus (COVID-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional;

iv. Circular BACEN nº 4.030/20 altera a Circular BACEN nº 3.809/16, que estabelece os procedimentos para o reconhecimento de instrumentos mitigadores no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}), de que trata a Resolução nº 4.193/13;

v. Resolução CMN nº 4.856/20 altera a Resolução CMN nº 4.782/20 que estabelecia, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da COVID-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gerenciamento de risco de crédito.



A DIRETORIA

Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Carvalho Mauad

Diretor Financeiro

Laércio Schulze de Sousa

Diretor de Clientes

André Luiz Morais Tonelini

Diretor de Tecnologia da Informação & Operações

Aydes Batista Marques Junior

Diretor de Gerenciamento de Riscos ⁽ⁱ⁾

Carlos Alberto Auricchio Junior

Diretor de Vendas, Atendimento & Parcerias

Luiz Gustavo Vargas Souto

Diretora de Planejamento Estratégico ⁽ⁱ⁾

Vanessa Paulino de Souza

Contadora

Valéria Dias Prates

CRC nº 1SP239180/O-8

(i) Em processo de aprovação pelo Banco Central do Brasil.

A decorative graphic at the bottom of the page consisting of a light blue area with a dark blue diagonal line cutting across it from the top-left towards the bottom-right.

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50
Av. Dr. Chucri Zaidan, 296
19º e 20º andar - Vila Cordeiro
Torre Z - São Paulo / SP